



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA**

Leandro Santos Lobo

**Desigualdades de gênero e raça na estrutura de
oportunidades para carreiras políticas: estratégias
partidárias no contexto brasileiro**

**Brasília
2014**

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA**

Leandro Santos Lobo

**Desigualdades de gênero e raça na estrutura de
oportunidades para carreiras políticas: estratégias
partidárias no contexto brasileiro**

Monografia apresentada como pré-requisito para a
obtenção do título de bacharel em Ciência Política
pela Universidade de Brasília.

Orientadora: Professora Danusa Marques
Examinador 1: Carlos Augusto Mello Machado

**Brasília
2014**

Agradecimentos

Como não poderia deixar de ser, meus agradecimentos principais se direcionam ao meu pai, seu Gilmar, e minha mãe, dona Mara. Sem o suporte e apoio incondicionais deles, eu sequer poderia ter tido o privilégio de orgulhá-los ao cursar o ensino superior. Obrigado pelas ligações diárias que, mesmo quando me incomodavam pela impertinência do momento, eram meu alento cotidiano. Do mesmo modo agradeço a minha irmã Gilmara, e minhas sobrinhas Isabella e Eloísa. Vocês são meus combustíveis vitais que fazem seguir em frente. E também ao meu cunhado, Glauco, agradeço por todo o apoio.

Às/aos minhas/meus companheiras/companheiros que me acompanharam nas jornadas do Centro Acadêmico de Ciência Política, em três gestões, 2010, 2011 e 2013; que me acompanharam no incrível “Brasil e Desenvolvimento”, hoje “Esquerda Libertária Anticapitalista”; no Movimento Honestinas e em todos os outros espaços do movimento social. Agradeço profundamente pelas experiências edificantes que compartilhamos e a visão de mundo engendrada em mim por elas: constituem o que sou hoje. Dessas/desses, estão também minhas melhores amizades que são minha família na maior parte do ano, quando estou em Brasília. Em especial: Vinícius, Jardim, Daniel, Luíza, Matos, Danilo, Capela, Telésforo, Camila, Ananda, Rhaquel, Gustavo, Pedro, Rebeca e Beatriz.

Agradeço também a minha orientadora, Danusa Marques, pela atenção impecável e rigor necessário ao me orientar na extensa tarefa de produzir essa monografia. Seu trabalho foi maravilhoso desde o momento que, em uma matéria que lecionava, despertou minha atenção para o tema que decidir seguir. Agradeço também à todas/todos funcionárias/funcionários da secretária do IPOL pela atenção em todos os momentos e à todas/todos trabalhadoras/es da Universidade de Brasília, em especial o pessoal da jardinagem e limpeza.

Por fim, agradeço à minha falecida vó Elisa, que sempre me foi uma segunda mãe. Ao meu avô Genésio, falecido ano passado. Sua figura controversa que me suscitava amor e ódio despertara em mim o pensamento crítico. À minha avô Olinda, também falecida ano passado, agradeço por ser a mulher sertaneja do semi-árido que povoara as histórias de luta da minha infância. E, por fim, ao meu avô Gonçalo, que se adoeceu e o qual nunca tive a oportunidade de conhecer. Espero poder vê-lo em breve e junto, conhecer o Maranhão, a terra de meus ancestrais.

Resumo

O presente trabalho propõe o exame das estruturas de oportunidades para a construção de carreiras políticas dentro dos partidos. O gênero e a raça são as unidades analíticas destacadas para construção do trabalho, partindo dos pressupostos da condição daquelas como identidades que constitui minorias políticas e filtros seletivos dentro dos partidos, além da necessidade de ampliação das bases de representação política. A investigação almeja a identificação de padrões nas estratégias de inclusão de mulheres e negros com a construção de um painel comparativo entre centro, esquerda e direita no quadro partidário brasileiro. O objeto delimita como escopo os partidos políticos com relevante expressão na ocupação de cadeiras na Câmara dos Deputados do Brasil.

A fundamentação teórica postula a pertinência da política de presença, ou dos repertórios de representação descritiva, na teoria da representação e na análise dos sistemas representativos e partidários. Em conjunto faremos a revisão teórica sobre partidos e carreiras políticas que pavimentar a tese do acesso restrito aos espaços formais de representação política.

Palavras-chave: partidos políticos; inclusão; carreira política; gênero; raça.

Sumário

Introdução	7
Capítulo 1 - Representação política e desigualdade	10
1.1 - Da representação política	10
1.2 - Desigualdades estruturais na representação política	19
1.3 - A pertinência da política de presença	22
Capítulo 2 - Os referenciais no estudo de partidos políticos.....	27
2.1 - Introdução ao partido político: algumas perspectivas e abordagens	27
2.2 - O partido na construção de elites políticas	32
2.3 - O contexto partidário brasileiro.....	36
Capítulo 3 - A ponta da democracia formal: a dinâmica das carreiras políticas .	44
3.1 - Aposta na sociologia política de Bourdieu: campo e capital.....	44
3.2 - Recrutamento e ambição política	46
3.3 - Trajetórias políticas na esquerda e na direita	49
3.4 - Considerações sobre a construção de carreiras políticas: gênero e raça	51
Capítulo 4 – Agenda partidária e inclusão política	56
4.1 – Metodologia.....	56
4.1.1 - Visão geral.....	56
4.1.2 - Variáveis e padrões de análise.....	59
4.2 - Padrões na estrutura de oportunidade ao centro: PMDB e PSD	63
4.2.1 - Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)	63
4.2.2 - Partido Social Democrático (PSD).....	66
4.3 - Padrão na estrutura de oportunidade à direita: PP e DEM	68
4.3.1 - Partido Progressista (PP)	68
4.3.2 – Democratas (DEM).....	70
4.4 - À esquerda, PT e PSB	73
4.4.1 - Partido dos Trabalhadores (PT).....	73

4.4.2 - Partido Socialista Brasileiro (PSB)	77
4.5 – Quadro resumo – Estratégias partidárias em nível organizativo	82
Considerações finais	83
Referências bibliográficas	86

Introdução

As sociedades contemporâneas de massa elegeram o sistema de representação como modelo de organização política. A representação seria a melhor forma de contornar os problemas decorrentes das fronteiras limítrofes da participação política; de orientar o debate público de questões centrais; de estruturar o amplo processo deliberativo de tomada de decisões em sociedades de escala massificada; de coordenar a relação do plano político com a organização social da vida.

Deparamo-nos, no entanto, com sinais do desgaste e falência latente do modelo representativo de organização política. Processos sintomáticos, incubados no revestimento das suas estruturas elitistas e, derivados, portanto, das marcas indelévels da gênese de um modelo arquitetado para poucos, como subscreve Manin (2010 [1997]). Por um lado, o diagnóstico prescreve a captura e colonização do mundo da política pelo poder econômico de agentes financeiros e corporações, os quais transformam políticos e partidos em apostas financeiras. Por outro, e com relação simbiótica com o outro, a incapacidade do sistema de representar as pessoas, de incorporar os anseios e demandas sociais.

Passando a lupa pelo segundo diagnóstico, revolvemos o solo e encontramos as profundas raízes da incapacidade de representar de um modelo que existe justamente para representar as opiniões e perfis políticos da sociedade. Como sistema submerso no emaranhado da realidade social e não uma entidade que flutua e paira sobre a vida cotidiana, os espaços de representação política incorporam e se revestem das desigualdades sociais estruturais.

Na genética fundacional das instituições representativas contemporâneas, marcadamente de cunho liberal e influenciada pelas correntes hegemônicas do receituário econômico, encontramos material masculino, branco, judaico-cristão, heterossexual e de classe alta. As críticas às instituições de governo representativo podem, dessa forma, além de permitir serem lidas através da analogia com o comportamento dos mercados econômicos, serem analisadas sob a ótica identitária da inclusão e exclusão política.

Assim, as instituições de representação política assimilam em sua composição o mosaico de desigualdades sociais estruturais e estruturantes. O exame dos corpos político-representativos mostra um contexto pouco permeável, sendo sua composição restrita por perfis sociais hegemônicos de classe, cor, gênero, sexualidade e religião, perturbado

pontualmente. Em sociedades como a brasileira, atravessadas pela heterogeneidade étnico-racial, religiosa e marcada pelo machismo e homofobia, a representação acima descrita pouco contempla as expectativas sociais das maiorias populacionais. No plano político, especificamente maiorias populacionais raciais e de gênero, traduzem-se em minorias políticas, sub-representados dentro das instituições refratárias aos anseios sociais e comprometidos com interesses de pequenos grupos sobre-representados.

Apropriados dessa perspectiva, a arquitetura do trabalho aqui construído estabelece como eixo central a análise das estruturas de oportunidades na construção de carreiras políticas, levando em conta identidades políticas marginalizadas que relegam grupos sociais ao alheamento na política brasileira. Gênero e raça foram as clivagens escolhidas para compor o parâmetro dos grupos marginalizados em questão, a partir da constatação que a sub-representação de mulheres e negros nos espaços políticos formais são as mais sobressalientes.

A análise das estruturas de oportunidades na construção de carreiras se baseia na investigação das estratégias partidárias que visam diluir assimetrias na distribuição de recursos organizacionais. A necessidade de mitigação deve-se a concentração desses recursos partidários, canalizados em candidaturas que compõe o perfil vencedor e o formato hegemônico. O objetivo, que poderá ser diverso de acordo com os perfis ideológicos e de atuação das organizações, é ampliação e pluralização das bases político-partidárias através da inclusão de sujeitos políticos marginalizados e alijados da arena formal.

Através do arsenal teórico que conduz o trabalho, apostaremos em uma releitura da representação política através do arcabouço que conjuga o repertório da política de presença organizada por Phillips (2001 [1995]), e da política da diferença de Young (2006). Para além, organizamos uma perspectiva da organização partidária que possibilita sustentar a importância da desobstrução dos filtros de seleção na formação dos sujeitos políticos formais. Afunilando, desenvolvemos um panorama dos referenciais teóricos sobre carreiras políticas que subsidiam a análise, apontando as desigualdades que revestem os diversos níveis de seleção partidária. Por fim, a sociologia política de Bourdieu (2007 [1989]) – basicamente os conceitos de *campo* e *capital* - fornece o substrato sobre o qual se desenvolve o esforço de desenvolvimento teórico sobre toda estrutura do campo político e, por conseguinte, das estruturas de oportunidades. Esse possibilitará uma perspectiva mais refinada na elaboração das teses do trabalho.

No escopo do contexto político-partidário brasileiro, problematizaremos a estrutura de oportunidades de inserção e mobilidade de mulheres e negros no jogo político. O partido

político enquanto compartimento fundamental na formação dos sujeitos políticos formais, e mais especificamente, sua estrutura organizacional, será objeto do exame. Através das lentes já expostas, mobilizaremos uma proposta metodológica para investigar as estratégias partidárias na inclusão de grupos sociais minoritários, nesse trabalho com foco em clivagens de gênero e raça. A investigação almeja a identificação de padrões nas estratégias de inclusão de mulheres e negros e a construção de um painel comparativo entre centro, esquerda e direita no quaro partidário brasileiro.

Esperamos que os enquadramentos propostos reflitam, em certa medida e com os limites que exporemos ao longo do percurso, os diferenciados graus de compromisso dos partidos políticos brasileiros com o alargamento das bases sociais da representação política e, por conseguinte, a qualidade da mesma enquanto modelo historicamente eleito. Além de uma agenda de estudos que busca o aprimoramento do sistema político, esperamos que, dentro da modesta proposta desse trabalho, possa se encontrar traços que subscrevam o patamar o qual se localiza o sistema partidário brasileiro.

Concentramo-nos, dessa forma, em examinar a composição organizacional dos principais partidos políticos brasileiros à esquerda, à direita e ao centro. Para tanto, traçamos a biografia política e a atuação dos partidos elencados, sob o eixo político-ideológico, como subsídios de precisão na aplicação da tipologia mobilizada. A tipologia localiza as organizações em um quadro de estratégias organizacionais, servindo como instrumento de apreciação das: estruturas formais de mobilização política dos grupos sociais minoritários intra-partidárias; de espaços autônomos de formação política; e da possibilidade de sujeitos de grupos sociais minoritários de ambicionar e ocupar cargos de direção partidária. Em síntese, a avaliação do fornecimento ou não de recursos partidários que aumentem as oportunidades de mulheres e negros inserir-se e competir no campo político.

Capítulo 1 - Representação política e desigualdade

1.1 - Da representação política

O modelo de governo que domina a esfera pública ocidental - notadamente a dimensão do debate social e o processo de tomada de decisões - recruta a representação política como seu fundamento central. Essa afirmação se sustenta apenas quando a ajustamos de maneira a tomá-la em perspectiva histórica: a representação política como organizadora da esfera pública é historicamente determinada por uma transição de valores e necessidades estimados e mobilizados socialmente.

As democracias ocidentais modernas consolidaram a representação política como modelo de organização do debate social e da tomada de decisões. Elegeram-na como fórmula na solução dos problemas políticos de escala territorial, participação, heterogeneidade social e cultural e legitimidade, que uma democracia popular e direta traria consigo. Assim, mesmo sacramentada como eixo dos modelos políticos das democracias modernas nem sempre a representação política foi defendida acoplada a democracia. O desenvolvimento dessa relação se deu através de enfrentamentos teóricos e aproximações, concebidos como ora imanentes, ora como opostos.

Não nos ateremos nessa seção a construir um quadro histórico dos valores que orientaram e organizaram o funcionamento público das sociedades. No entanto, elucidar as fronteiras de pensamento e as debates centrais sobre os quais possibilitaram germinar o conceito contemporâneo de representação política, melhor dizendo, democracia representativa, será tarefa primeira e fundamental. Podemos elencar, portanto, algumas agendas centrais que constituem o substrato dessa discussão e orientarão todo o trabalho como a discussão de modelo, a dinâmica de ação e a relação entre representantes e representados, a localização das eleições, a legitimidade e a prestação de contas de um governo representativo e as desigualdades estruturais que a representação traz consigo, acarretando sub-representação e exclusão política.

Desse modo, estabelecer as fronteiras de pensamento que contém os germens da representação política exige a prescrição de uma modernidade política. De passagem, podemos atribuir essa modernidade ao pensamento do italiano Nicolau Maquiavel (2010 [1532]) considerado a métrica de transição para uma compreensão moderna da política e ao

pensamento contratualista moderno¹, multidimensional em suas clivagens mas preservador de um eixo que sublinha a representação política como modelo de organização política. Ambos desvincularam a esfera religiosa da política, conferindo realismo e irrigando de vida os assuntos da *pólis*. No contratualismo hobbesiano, podemos sublinhar, segundo Pitkin (1967), o primeiro traço de representação política. A prescrição de um poder centralizado, árbitro e polo irradiador do poder social – o Leviatã - consiste no catalisador fundamental e legítimo de coesão de uma sociedade firmado por um contrato e na representação das necessidades do povo.

No entanto, o percurso conceitual que circula os debates centrais que se inicial adiante é o que nos fornece maior parâmetro de análise do modelo representativo e das noções mais contemporâneas da política. Como já dito, o caminho que opera a relação entre democracia e representação não é linear e é povoada de conflitos até encerrar nas formas teóricas que temos atualmente.

O pensamento federalista, exposto n' *Os Artigos Federalistas* (MADISON, J, HAMILTON, JAY, 1987) é republicano e representativo, mas concebido através do distanciamento e diferenciação entre democracia e república. Na visão madisoniana, a primeira seria vulnerável ao extremo faccionismo e interesses circunscritos a grupos que vão de confronto às necessidades e bem-estar sociais da maioria. Em contrapartida a república procura o sentido de representação em um grupo capacitado e pequeno de sábios dirigentes que decidirão da melhor forma para o bem público. (MADISON, 1987, p.137)

Em Mill (1995 [1831]), apesar da recuperação do Estado como promotor do bem público e a eleição da representação como melhor forma de governo, há afastamento do pensamento federalista e conciliação da representação política com a democracia. Adotando os princípios de igualdade e liberdade, defende a interação dos cidadãos com o Estado, a participação política, o governo como promotor da virtude e educação do povo e acena com o direito das minorias². Em *O governo representativo* (1995 [1831]), Mill propõe uma fórmula que conjugue os processos eleitorais e o voto com repertórios deliberativos em duas frentes: a discussão pública e o controle sobre o governo que deve tornar público, fundamentar e submeter a escrutínio suas estratégias e ações.

¹ Constatualismo centrado na perspectiva hobbesiana. Rousseau, por exemplo, tem proposta teórica contratualista de democracia direta, assembleísmo, desvencilhando-se da possibilidade de representação na tomada de decisão democrática.

² John S. Mill defendia teoricamente o voto universal, inclusive fez essa defesa enquanto parlamentar.

Mesmo preconizando uma democracia liberal representativa, o vocabulário milliano se desenvolve na tensão opositora entre povo e grupos governantes iluminados. Em seu modelo coexiste a necessidade de um sistema proporcional que garanta a sobrevivência e inclusão da voz de posições minoritárias no plano político - defesa então inédita da universalização do voto - e a adoção de um “voto plural”, o qual atribui pesos distintos no processo de sufrágio para um elite cultural. O argumento de Mill (1991 [1859]) prescreve o voto qualificado como medida que represa o avanço da “maioria tirana”, sendo aqui a inserção da fração eleitoral da classe trabalhadora, que pressionava o sistema político através de um fortalecido movimento operário, que poria em risco a saúde do próprio sistema. O voto da elite intelectualizada operaria como “fiel da balança” no equilíbrio do modelo. (MILL, 1995 [1831])

O pensador britânico envereda por um caminho teórico que, ao alargar as bases sociais do sistema político, mina, com suas ressalvas e imperativos de época, os alicerces aristocráticos do liberalismo até então propalados. A cisão provocada por Mill (1991 [1859]) significou o reenquadramento do pensamento liberal em uma nova semântica que rompe com a naturalização das desigualdades, incentivando e estendendo a possibilidade do uso da razão à todos na prescrição de um sistema mais democrático e protetor das liberdades individuais. Assim, o pensamento milliano a torna mais porosa a inclusão e a equidade e redimensiona o debate da representação política.

Na esteira desse debate e do triunfo das eleições como forma de seleção dos representantes, havia outros que compunham o campo de discussão política. Um círculo se debruçou na dimensão do mandato do representante, sua natureza e atributos, que, na base, refletia a concepção de representação defendida pelas posições em jogo. Seja num governo representativo republicano ou democrático, a dinâmica desejável de um mandato encontra alguns raciocínios possíveis, como a distância entre representantes e representados, o grau de independência dos representantes limitação da interação possível e desejável.

Uma ideia de mandato livre foi claramente defendida por Edmund Burke (1942). Um representante, previamente capacitado e dotado de espírito público para desempenhar tal função, deve desenvolver um mandato com autonomia. A legitimidade do processo proveria da autorização do eleitorado, bem restrito e que se expressaria através do sufrágio limitado, através das eleições. Sustentado pela justificativa da liberdade mediante inflexões de grupos e interesses de facciosos, o território de ação política do representante não deve se limitar aos imperativos dos interesses de seu eleitorado, sendo fundamental maior autonomia de deliberação por interesses mais amplos (BURKE, 1942).

Na outra ponta a ideia de mandato imperativo é centrada no controle do representado sobre a ação do representante, no qual aquele concede e estabelece os seus parâmetros de atividade. A perspectiva da delegação e transferência dosada de poder ao mandato esteve presente nas reivindicações dos anti-federalistas, como aponta Manin (2010 [1997]). Nas disputas em torno da Convenção da Filadélfia (1787), responsável pela discussão da segunda Constituição dos Estados Unidos, os anti-federalistas apontavam a diferença existente entre representantes e representados como base da crítica à proporcionalidade. Assim, como modo de diluir o clássico princípio autorizativo da representação e fazer com que representantes e representados se pareçam em sentimentos e ação, defendiam a predominância dos interesses da base eleitoral e a supervisão rígida dos representantes (MANIN, 2010 [1997]).

Sob o epíteto de *democracia procedimental*, podemos colocar a discussão da localização da eleição na consolidação de uma noção de representação. O foco central nas eleições é o paradigma engendrado pela teoria democrática que sustenta seu vigor teórico e balizador até dias atuais. O arsenal conceitual de Robert Dahl (1997) e Joseph Schumpeter (1961 [1942]) operam, desse modo, como métrica na leitura hegemônica da democracia liberal contemporânea e suas instituições. Existem, no entanto, algumas diferenciações basilares na configuração de métodos e objetivos entre Schumpeter (1961 [1942]) e Dahl (1997). O primeiro, com contribuição significativa para o pensamento da economia, emprestara desta um repertório bastante descritivo na análise política, que o distanciou de objetivos de formulação. Em contrapartida, Dahl (1997) a partir de métodos mais amplos tem objetivos de estabelecer parâmetros normativos para o modelo, que veremos em breve, da poliarquia.

Schumpeter (1961 [1942]) maneja o conceito de democracia já acoplado à representação política como modelo organizador. E para construir seu argumento de democracia representativa, traça uma fórmula de pressupostos que podemos sintetizar como otimização dos recursos políticos e liberdade de concorrência, com paralelo nas formulações da teoria econômica neoclássica – emprestando inclusive de sua gramática. Nas sociedades de massa os problemas de escala na tomada de decisões é um dos propulsores das premissas schumpeterianas. A impossibilidade de operacionalização de um governo do povo, onde a população participasse diretamente das esferas decisórias, desloca a legitimidade para o voto depositado nas urnas.

No entanto, a base schumpeteriana tem derivações sociológicas da observação das relações políticas e não somente inspiradas em prescrições econômicas e problemas

operacionais. O ponto de partida argumentativo deriva da incapacidade, irracionalidade e desinteresse inscritos na natureza humana, sob o jargão da “irracionalidade das massas”, que desabilitaria o povo a participar das atividades públicas. Mobilizando um receituário elitista, as massas seriam incapazes de desenvolver uma delimitação de interesses, diferenciar os atores no cenário e corporificar agendas, inscrevendo seu arco de ação as urnas sem estabelecer vínculos políticos, elegendo ou dissolvendo um governo aos sabores da sua irracionalidade inata (SCHUMPETER, 1961 [1942]).

Dessa forma, elites especializadas na condução dos assuntos públicos deveria ser então selecionada através de um arranjo institucional competitivo, em que os pleiteantes concorrem em um mercado de votos - uma *democracia concorrencial* - e conduzida, então, ao controle do Estado. A síntese descritiva de Schumpeter (1961 [1942]) enxuga o plano político a um “arranjo institucional para chegar a decisões políticas no qual os indivíduos adquirem poder para decidir por meio da luta competitiva pelos votos do povo” (SCHUMPETER, 1961 [1942], p. 328).

As bases para o modelo de democracia procedimental são redimensionadas por Robert Dahl (1997). O autor introduz a crítica pluralista ao elitismo, ampliando o horizonte de possibilidades analíticas e prescritivas para além das eleições na representação política democrática. Dahl (1997) lê a democracia com lentes liberais do igualitarismo formal e se distancia de Schumpeter (1961 [1942]) ao tratar de cidadãos e não somente eleitores irracionais. Os governos deveriam ser responsivos e fornecer condições necessárias aos cidadãos para existência e expressão em um sistema político: formular preferências, exprimir preferências e que as preferências sejam igualmente consideradas na ação do governo. (DAHL, 1997, p. 25)

Apesar da preocupação com a formulação de preferências e movimentações eleitorais, a centralidade do pensamento dahlsiano se retém na formulação, arranjos e incidência política de grupos de interesse no conjunto de atividades públicas e dos processos decisórios. Assim, Dahl (1997) constrói um método analítico que baliza variáveis pautadas na abertura política dos sistemas e arranjos de grupos de interesses, capturando gradações de modelo. Para tal apresenta dois dos principais aspectos teóricos de um processo efetivo de democratização, elementos constitutivos do seu eixo de avaliação hipotético, que são o sistema de contestação política e competição – a configuração das disputas pelo poder em uma sociedade, se há uma pluralidade de atores ou se há atores hegemônicos que drenam a disputa - e o processo

inclusivo – a porosidade para a participação política da população por um governo (DAHL, 1997)

Esses elementos servem de parâmetro, criando quatro tipologias comparativas de governo: hegemônias fechadas, oligarquias competitivas, hegemônias inclusivas e o que mais se aproxima de uma democracia, a poliarquia. A poliarquia se localiza como ponta de lança do pluralismo dahlsiano, operando como estágio de governo concretizável ideal. Na poliarquia há um regime plural de disputa e competição eleitoral, possibilidade de contestação política das ações governamentais e abertura ampla para a participação política da população (DAHL, 1997). Necessariamente as assertivas de Dahl (1997) resvalam nos contornos da representação política em um modelo de poliarquia. Asseguradas as condições exequíveis de democracia prescritas, há aproximação dos representantes com suas bases eleitorais na medida que em disputas com elencos plurais de atores tendem a representar setores sociais mais amplos. Além disso que o alargamento das bases sociais de sustentação de uma disputa de governo pressiona para maior responsividade na representação dos eleitores, assim como a emergência de mais interesses na arena pública o faz (DAHL, 1997).

Outro aspecto central que compõe o círculo de debate sobre a representação política - e que recupera a discussão sobre a dimensão dos mandatos - são os processos interativos entre representantes e representados. Nesse arco mais amplo está inscrito os processo de responsabilização, autorização e prestação de contas das instituições democráticas, que aparece em abundância nas teorias normativas.

Tendo como fio condutor a reconstrução das peças centrais no debate sobre representação, a teoria normativa de Hanna Pitkin (1967) é fundamental para o entendimento do nosso percurso. Localizada em um espectro crítico ao que podemos chamar de teoria formal da democracia representativa, Pitkin (1967) centrou seu trabalho no mapeamento e descrição dos modelos de representação política empunhados pelos autores ao longo do diálogo teórico. Muito didático aos temas caros à democracia representativa contemporânea, o esquema da autora se divide em quatro tipos de representação.

O tipo que nos fornece os conceitos mais úteis é a *representação formalista*, pois se sustenta através dos ângulos da autorização e *accountability*, conceitos chave na compreensão contemporânea de representação política. Pitkin (1967) apontou para a limitação desse modelo teórico formalista que balizou sua crítica e seu empreendimento de reformulação do conceito de *accountability*. A autorização, defendida na oposição acima sobre Burke, consiste basicamente no processo de transferência da tomada de decisões de indivíduos para outros,

mediados e legitimados pelas eleições. Os representantes têm autonomia para atuar, desvinculando-se dos interesses delimitados da base eleitoral, através do seu perfil político e da sua visão de mundo, consentido e respaldado pelos representados. (PITKIN, 1967)

O consentimento autorizativo estaria baseado, desse modo, na abdicação de uma fração de direitos intercambiados no pacto de governo. Esse processo de transferência de direitos é pavimentado pela interpretação da teoria hobbesiana, na qual o representado autoriza o representante – o Leviatã – a agir por ele. O pacto de governo que consagra a transferência da autorização para a ação reveste a representação de legitimidade e apresenta aspectos fundacionais do Estado moderno (PITKIN, 1967).

Detendo-nos na perspectiva do *accountability*, esta se contrapõe à autorização na concepção de mandato político e no grau de relação e independência entre representantes e representados. Essa perspectiva apesar de inaugurar uma tradição mais sintonizada com os anseios atuais de aproximação dos eleitores aos espaços de exercício do poder seria insuficiente e episódica, pois se detém na avaliação retrospectiva de governos nos eventos eleitorais tendo como ferramenta a recondução ou não ao cargo público de um representante.

A *accountability*, mesmo alinhada as bases às quais se relaciona, como à comunicação, à prestação de contas e à responsabilização dos representantes, apresenta uma fórmula de inconstância que é criticada por Pitkin (1967). A predominância dos mecanismos de responsabilização e prestação de contas é uma ferramenta de controle e garantia da contenção da excessiva autonomização dos elencos políticos, funcionando como um termostato do desempenho e da qualidade da representação política. No entanto, na abordagem formalista da *accountability* o funcionamento é comprometido justamente pelos momentos irregulares dispersos no tempo e centrado nos episódios eleitorais.

Outras tipologias de Pitkin (1967) são em síntese, a *representação descritiva*, que advoga um corpo representativo que reproduza em escala a composição da sociedade, vocalizando diretamente grupos sociais minoritários nos espaços de decisão – perspectiva alinhada com a visão desse trabalho, com suas devidas prerrogativas e ajustes, que aprofundaremos adiante; a *representação simbólica* que busca alinhar as perspectivas de representantes em representados, na qual aquele é depositário das expectativas desses, não pela sua presença como semelhante, mas pelo corpo de ideias defendidos; e, enfim, a *representação substantiva*, formulação sintetizada por Pitkin que, através do olhar sobre as outras perspectivas, aproxima os representantes dos representados com repertórios diversos,

diluindo a importância dos indivíduos eleitos e focando na qualidade da representação política.

A proposta de representação substantiva desenvolvida por Pitkin (1967) parte da recuperação da centralidade da agência dos representados através dos representantes, importando especialmente a natureza e qualidade da representação e não quem necessariamente foi eleito. Essa agência, no entanto, seria estruturada pela criação de instrumentos que conformam um fluxo constante entre representantes e representados, fortalecendo vínculos de responsabilização e sedimentando uma nova visão sobre a *accountability* e seus parâmetros de eficiência.

Desse modo, diversas abordagens sobre a teoria democrática deixaram esquemas e modelos que balizam as análises sobre as instituições da democracia representativa contemporânea e seus arranjos. No entanto, esses modelos não pretendem abarcar as rupturas e tensões dos modelos e são, portanto, insuficientes na análise estrutural das contradições latentes no corpo do sistema representativo. Manin (1997), ampliando a perspectiva da centralidade das eleições, dá-nos pistas para compreender as contradições, fissuras e transformações no sistema de representação política, introduzindo uma parcela da crítica que aprofundaremos nas próximas seções.

Apesar de crer que o governo representativo se desenvolveu e se constituiu historicamente por distinções claras entre as clivagens eleitor/eleito, representante/representado³ - consubstanciadas por regras implícitas e explícitas - em *The Principles of Representative Government*, Manin (1997) não vê crises e rupturas na representação, mas ciclos de transformações. Para o autor, há um substrato de princípios incontornáveis que orientam historicamente o desenvolvimento da representação política e que, desde o século XVII, se recombina e reconfigura as bases do modelo. Essa espécie de “infraestrutura” do modelo representativo consiste na eleição dos representantes pelos governados; os representantes conservam uma independência parcial diante das preferências dos eleitores; a opinião pública sobre assuntos políticos pode se manifestar independentemente do controle do governo; as decisões políticas são tomadas após debate.

Como desdobramento desse processo combinatório de princípios, a reconfiguração nas preferências e escolhas do eleitorado rebocou mudanças profundas no governo representativo e suas características historicamente datadas. Segundo Manin (1997) a primeira grande transformação ocorreu na segunda metade do século XIX quando o *modelo*

³ A visão de Manin (1996) sobre o princípio da distinção está destrinchando na seção três desse capítulo

parlamentar deu lugar à *democracia de partido*. O *modelo parlamentar* se desenvolvia na escolha baseada nas relações de confiança pessoais em nível local, com preferência aos indivíduos mais notáveis do círculo social. O representante tinha autonomia para atuar segundo seus interesses e visão de mundo, enfrentando, no entanto, tensionamento em sua relação com os representados. Não havia sobreposição da expressão eleitoral com a opinião pública e os debates para a tomada de decisão estavam restritas aos parlamentos, acirrando os conflitos e distanciamentos (MANIN, 1997).

A *democracia de partidos* aproximou os representados dos espaços de poder. Tendo os partidos como epicentro político, o voto era orientado pela fidelidade partidária. A liberdade parcial dos representantes se deslocou para o controle das lideranças partidárias que formulavam programas, agendas e prioridades. O debate se deslocou para dentro dos partidos e dos gabinetes em negociações inter-partidos. Assim, a opinião pública também se partidariizou se orientando a empunhar bandeiras e, nesse hiato - que congrega também o aumento das bases sociais do eleitorado com a extensão do sufrágio e a expansão do sindicalismo - se interpôs o aparecimento dos partidos de massa, e o paralelo fortalecimento dos partidos socialistas (MANIN, 1997). Os partidos de massa, como serão dissecados mais adiante, datados por Duverger (1980) do início do século XX, seriam agremiações mais robustas, organizadas, disciplinadas, coesas e de bases populares em seu tipo socialista e comunista. Operariam como máquinas de recrutamento e formação de militância para atender as exigência na disputa por anseios coletivos.

Para Manin (1997), as fissuras do século XX trouxeram a transição para um novo modelo, a *democracia do público* ou de *audiência*. O padrão de escolha do eleitorado seria mais instável e, por consequência, o representante executa malabarismos de posições ao sabor do humor daquele. Com a ascensão dos meios de comunicação de massa, o eleitorado é transformado em público orientado por ações estratégicas e pela relação direta da personalidade das lideranças com os representados. Há uma pulverização de opiniões nos meios de mídia e as pesquisas de opinião influenciam as preferências eleitorais. O debate se desloca para a negociação entre governo, mídia, grupos de interesses organizações e frações de eleitorado (MANIN, 1997).

Com os elementos centrais que calibram o entendimento do modelo de democracia representativa expostos, trataremos de aprofundar a perspectiva crítica ao paradigma do formalismo democrático.

1.2 - Desigualdades estruturais na representação política

Em Manin (2010 [1997].), a análise do edifício político do governo representativo fornece suporte à crítica da desigualdade estrutural na democracia representativa. O autor elabora a análise do “princípio da distinção” como chave na descrição do desenvolvimento, reprodução e cristalização da diferenciação entre representados e representantes em governos representativos desde sua origem. Os representantes deveriam ser superiores na hierarquia social, restringindo o acesso a postos públicos a figuras proeminentes e distintas (MANIN, 2010 [1997]).

A garantia de representantes de posições sociais superiores era propiciada não somente por mecanismos legais que decantavam o contingente socialmente apto a postular cargos públicos, mas também por arranjos, circunstâncias e fatores culturais. Manin (2010 [1997]) constrói um quadro histórico que ilustra o princípio da distinção tomando como base Inglaterra, França e Estados Unidos nas épocas de consolidação de sistemas representativos nesses países.

Na Inglaterra os filtros seletivos da representação eram condicionados por normas culturais como a hierarquia social pelo prestígio e naturalização de lideranças locais competentes para o exercício do poder. Somado a isso havia também mecanismos legais de qualificação pela propriedade – 600 libras anuais para intencionar cargo público – e formas residuais implícitas como alto nível de dispêndio nas eleições provocando entraves restritivos.

Na França, a hierarquização no sistema eleitoral foi dada de maneira mais explícita na dimensão normativa-legal, independente das nuances restritivas dentro do processo revolucionário iniciado no fim do século XVIII. Em uma perspectiva histórica houve um alargamento da base de eleitores - cidadãos ativos – convivendo com restrições qualificativas quanto a renda - *marc d'argent* – para eleitores e potencialmente eleitos e eleições indiretas para deputados.

Nos Estados Unidos, no que pese a maior complexidade do sistema e dos conflitos entre federalistas e antifederalistas em torno do processo constitucional, havia também a pretensão de arranjos explícitos, assim como na França, de filtros sociais no processo eleitoral. No entanto, os embates em torno do estabelecimento do critério de propriedade foram esvaziados pela impossibilidade de acordo entre as forças: um critério alto seria demasiadamente restritivo e um critério baixo, dispensável.

Manin (2010 [1997]) ressalta que as discussões em torno da Convenção da Filadélfia trouxeram para o centro do debate os argumentos fundamentais que compõem a distinção em sistemas representativos. De um lado, estavam os defensores dos filtros legais que credenciavam os postulantes ao exercício de cargos públicos e que alegavam que a posse e a autonomia financeira garantiriam capacitação e menor propensão ao faccionismo e à corrupção, assim como, em outra base argumentativa, esse modelo era o único que possibilitava a escolha apurada dos mais aptos, patriotas e sábios como apontam os federalistas; do outro, como já vimos, se apresentava a defesa da diluição da distinção entre representantes e representados por parte dos antifederalistas (MANIN, 2010 [1997]).

Complementar aos apontamentos da distinção, Bourdieu (2007 [1989]) produz um encaixe teórico que garante consistência a essa dimensão da crítica. Tendo como substrato a desigualdade estrutural em democracias representativas, investigam conteúdos culturais que sustentam a distribuição assimétrica de recursos políticos e os novos contextos socioculturais produzidos.

Como aprofundaremos no capítulo 3, Bourdieu (2007 [1989]) apresenta o *campo político* como recurso metodológico na sua exposição da noção de representação. Dentro e fora do campo estão dispostos os atores individuais e coletivos, que concorrem por recursos de forma assimétrica em um “mercado político”. Esse campo opera como um microcosmo que tem a reproduzir – por vezes aprofundar - as desigualdades materiais e simbólicas de uma sociedade capitalista, estabelecendo uma divisão social do trabalho político entre os consumidores impotentes e produtores que monopolizam os instrumentos de produção política (BOURDIEU, 2007 [1989]).

A convergência entre os autores revolve o solo profundo e decodifica o funcionamento de um modelo eleito como incontornável. Tanto o corte epistêmico de Bourdieu que organiza atores como produtores dentro do campo político e consumidores fora dele, tanto a diferenciação fundamental de Manin (2010 [1997]) entre eleitos e eleitores constituem uma gramática política que aponta para desigualdades de base e exclusão como fundamentos constitutivos.

O binômio deferência/impotência, síntese extraída dos dois autores supracitados, engrossa a fórmula do distanciamento e estabelece relação de correspondência representante/representado e produtor/consumidor no campo político. A condição de impotência diante de um esquemático campo político pouco poroso conjugado à deferência em relação a atores de posições sociais elevadas produz um corpo político especializado e

profissionalizado, perpetuando um modelo rasgado pela desigualdade. Nesse contexto de governos representativos de bases aristocráticas e princípios que turvam a igualdade formal almejada nas perspectivas liberais reside a base da crítica ao formalismo da teoria democrática.

As incursões teóricas que formulam uma releitura contemporânea da democracia participativa inauguram um novo modelo de organização política no debate. O participacionismo conduz a crítica ao modelo representativo apontando a necessidade de democratização da vida cotidiana e como marco pedagógico da sociabilidade política nas democracias constituídas. Os apontamentos e desdobramentos pedagógicos seriam forma de aprimoramento da própria dimensão representativa do modelo e dos instrumentos de *accountability*, capacitando a sociedade a compreender e intervir na representação política.

Pateman (1992) conjuga a estrutura de autoridade das instituições e as dimensões psicológicas dos indivíduos para fundamentar sua teoria participativa. Balizando a eficiência da representação e o desenvolvimento capacitivo dos indivíduos a autora dispõe as funções da participação política: educativa, como já dito, com estímulo e desenvolvimento de qualidades e atitudes psicológicas dos procedimentos inerentes ao processo participativo, que o qualifica como autossustentado; integrativa, com o sentimento de pertencimento a comunidade; e a de "complacência crítica" que aprimora o processamento e aceitação de decisões coletivas (PATEMAN, 1992).

Nas linhas do participacionismo de Pateman (1992) se apresenta o diagnóstico da necessidade da democratização de todos os sistemas políticos da sociedade. Na esteira da pedagogia social empreendida que capacita psicologicamente a sociedade, a autora sublinha a importância do achatamento das desigualdades econômicas como requisito fundamental na democratização da vida cotidiana. A relativa equidade almejada e a conseqüente reorganização das forças produtivas potencialmente gerariam segurança e independência que habilita os indivíduos a participação política satisfatória (PATEMAN, 1992).

Uma população habilitada a manusear os instrumentos de participação política direta fortaleceria a dimensão representativa da organização política. Por conseqüência, as pontes credenciadas - *accountability* de forma geral - entre o povo e os espaços de exercícios do poder tem potencial para operar com mais eficiência e desenvolver os ajustes que o aprimorariam.

Reinsere Pitkin (1967) auxilia a elucidar esse processo de fortalecimento que a dimensão da participação traz a representação política. Na síntese do modelo "adequado" de

representação política, a *representação substantiva*, a autora preconiza o fluxo constante de interação entre representantes e representados, na qual estes incidem na ação dos governos e solidifica os vínculos de responsividade, esquema rejeitado pelas propostas clássicas. A incidência dos representados nas ações de governo, traduzidas em formatos diversos de participação, seria um catalizador do fortalecimento da representação por tratar-se de componente decisivo de eficiência da *accountability*.

Pitkin (1967), no entanto, apresenta uma proposta de representação que ignora aspectos que os argumentos deste trabalho consideram referências fundamentais. O foco da representação substantiva se encontra na natureza e na qualidade da representação, tornando a composição dos espaços representativos preocupação periférica, já que, segundo a autora, “quem representa” é menos importante que “como a representação é feita”. A *representação descritiva* criticada pela autora recupera a preocupação com a composição social dos parlamentos. Assim, se sustenta na necessidade de semelhança entre representantes e representados, na qual o corpo representativo replique em escala a composição da sociedade, vocalizando diretamente minorias políticas em espaços decisivos de debate e deliberação (PITKIN, 1967). Um sistema representativo que incorpora e opera a necessidade de presença física dos sujeitos no conjunto de atividades públicas favorece com mais intensidade os vínculos de responsividade e fortalece os espaços credenciados de interação representantes/representados.

As insuficiências dos modelos formais de democracia e até mesmo as negligências da perspectiva crítica, supracitadas, foram balizadores na formulação de perspectivas descritivas que colocam a presença de minorias políticas como fundacionais para um reenquadramento necessário na esfera da representação política, capazes de responder às demandas por fortalecimento da *accountability* e equilibrar as demandas por participação. Na secção a seguir o conceito chave na leitura desse trabalho, a *política de presença*, será tratada em consórcio com a *política da diferença*.

1.3 - A pertinência da política de presença

A *política de presença* constitui o elemento balizador deste trabalho e irá orientar toda leitura subsequente da análise proposta. Em linhas gerais, é o componente central da argumentação que sustenta a tese do enredamento da agenda partidária e identidades políticas

minoritárias e subalternizadas como dimensão fundacional de uma teoria da representação revigorada. No entanto, apontaremos por uma insuficiência da presença *per se*, pois mesmo que inseridos na institucionalidade, trajetórias de mulheres e negras(os) inviabilizam, frequentemente, a disputa igualitária no exercício do poder político. Acoplado, proporemos uma requalificação do argumento da presença, deslocado para um dos componentes basilares do sistema de representação, os partidos políticos, através de uma desconstrução de base.

No escopo desse trabalho, portanto a chave da presença é transplantada para outra camada da representação política, como já dito, a estrutura partidária, vista como um estágio pedagógico para a vida pública. A tese busca indicar que, o partido como lócus que chancela elites na disputa pelo poder, é o primeiro compartimento que abriga, reproduz e por vezes expande as desigualdades estruturais principalmente de gênero e raça. Considerar a política de presença na reestruturação do sistema partidário constitui nossa tese central.

A formulação do núcleo teórico da presença⁴, configurado como tal, foi desenvolvida por Anne Phillips (2001 [1995]). Phillips (2001 [1995]) desenvolve sua tese abrigada em alguns eixos de sustentação: desconstrução da perspectiva liberal da democracia que influencia decididamente nossos sistemas políticos e elabora sua visão de diferença prioritariamente no campo das ideias – a *política de ideias*; na fundamentação filosófica de que existência material é indissolúvel das preferências políticas; e na defesa da presença física de grupos excluídos sub-representados nos espaços de decisão política (PHILLIPS, 2001 [1995]).

Como já enfatizado, a política de presença recupera a preocupação da composição do corpo político-institucional – ou seja, *quem é o representante* - como um “termostato” da representação justa, não se desenvolvendo em oposição simples à *política de ideias*. Há um deslocamento no núcleo de preocupação e ampliação dos horizontes de julgamento da representação, antes centrados na produção legislativa e responsividade com eleitores, como em Pitkin (1967).

Phillips (2001 [1995]) reconhece o poder retórico-argumentativo institucional que compatibiliza e ressoa uma potente mentalidade social tecnocrática. A “mudança da democracia direta para a representativa mudou a ênfase de *quem* são os políticos para *o quê* (políticas, preferências, ideias) eles representam” (PHILLIPS, 2001 [1995], p. 271),

⁴ A pertinência da presença, do “quem representa”, já figurava nas preocupações dos movimentos sociais da segunda metade do século XX, tendo encontrado na obra de Phillips uma configuração teórica.

configurando a paisagem que estabeleceu o credo liberal da predominância dos mecanismos de responsabilização e prestação de contas (*accountability*) como regulador qualitativo, prescrição nunca alcançada, configurando uma promessa não cumprida, cabe ressaltar, de um arranjo historicamente dado.

No entanto, a argumentação da autora confronta o repertório teórico da democracia liberal, refutando o plano discursivo no qual se situam a diferença e a diversidade social (ideias, programas) além das prioridades estabelecidas acima elencadas. Para ela, a observação dos mecanismos que operam a “pequena política” neutralizam a retórica liberal, pois as ideias e programas são tragados em meio a acordos e compromissos de gabinetes na composição de coligações e alianças. Esse quadro subverteria a lógica de seus defensores e contribuiria para um sistema democrático personalista (PHILLIPS, 2001 [1995]).

A política de presença propõe o redimensionamento das democracias representativas a partir de conceitos de exclusão e inclusão política – fortemente recortados pelas clivagens de gênero, raça e etnia -, o que promoveria o alargamento e o melhor entendimento dos problemas e dilemas do sistema político. O redimensionamento compreenderia a adoção de instrumentos institucionais que promovessem a presença física de grupos sociais politicamente minoritários e sub-representados nos espaços de exercício do poder. Essas proposições teóricas levam em conta todos os problemas que emergem da dificuldade da delimitação de identidades, da fragmentação social, da pulverização de agendas específicas dispersas e conflitos intra-movimentos sociais, no entanto, não invalidando a necessidade de releitura da representação política.

Tendo argumentado pela política de presença e pontuado um elenco de problemas que embarreiram seus postulados, sublinhando como principal a definição de grupos entre o emaranhado social de identidades, Phillips (2001 [1995]) a reafirma como chave de substanciação democrática. Em consonância com esse trabalho, reconhece as insuficiências da política de presença isoladamente, tratando-a como a ponta de lança de um quadro mais amplo de críticas à representação política e admitindo modelos que incorporem tanto ideias quanto presença.

A noção de representação para Young (2006) acompanha às objeções de Phillips (2001 [1995]) ora a refutando, ora em concordância. Para ambas, no entanto, uma outra teoria da representação que se fundamenta na inclusão e na correção das assimetrias da sub-representação é necessária. Para Young (2006), a democracia como um processo comunicativo de tomada de decisões em sociedades de massa é vista como um confinamento

que restringe o próprio conceito de democracia. Problematizando a dinâmica fluída, sobrepostas e dispersas, no espaço e no tempo, da comunicação política, fará destas, parâmetros para sua própria noção de representação.

Da mesma forma prossegue refutando os pressupostos que concebem a representação através da exigência da presença física de todas as formas de existências sociais possíveis. A extensão da “lógica identitária” pautada pela “identificação” ou “substituição” é criticada como balizador para pensar a representação. O argumento indica que assumir uma política de representação especial aprofundaria diferenças sociais, pois a sobreposição de múltiplas identidades com o intuito de mobilizar uma identidade unitária requerida para se expressar e atuar nos espaços de representação implicaria engessar o mosaico fluído de relações e identidades sociais existentes (YOUNG, 2006, p. 142).

Para Young (2006) uma boa representação se escora no processo de “relacionamento diferenciado”, basicamente uma interlocução e deliberação constante entre atores politicamente engajados espalhados pelo eixo dimensional de temporalidade e espacialidade. Esse parâmetro seria capaz de impedir a tendência ao congelamento de grupos sociais e ao engessamento dos processos de mobilização. Assim, a representação como *relacionamento* superaria a representação como *identidade* ou *substituição*, como a ideia da política de presença, entrelaçada com a noção de *representação descritiva*, impõe, e a co-presença – estruturada sobre o fluxo constante de debate e deliberação - seria substância de uma democracia autêntica.

A autora que se abriga sobre o epíteto da *política da diferença* incrementa seu modelo através de outras chaves de inteligibilidade. Mobilizando a ideia de manutenção do fluxo constante de intercâmbio entre representantes e representados, a autora sublinha a importância da qualificação na representação e de “como representa”, apontando as insuficiências do “quem representa”. A partir da constatação que a desconexão entre representados e um representante único seria o problema normativo da representação, propõe novos fundamentos que procuram a manutenção dos vínculos conectivos e não a reivindicação de uma identidade una a ser inserida no sistema a despeito dos desdobramentos. Através desse substrato argumentativo lança mão de modalidades que baseiam formas possíveis de representação: interesses, opiniões e perspectivas (YOUNG, 2006).

Avalizando o panorama crítico e propositivo apresentado por Phillips (2001 [1995]) e Young (2006) e inspirado na implementação em andamento de normas eleitorais e dispositivos partidários mundo afora, como a cota eleitoral, para a inclusão de minorias

políticas – sob pressão constante dos movimentos sociais relacionados às suas bandeiras -, o início do processo de refundação da representação e o aprofundamento da pluralização dos sujeitos politicamente engajados e da conseqüente democratização da vida cotidiana, é imperativo. Assim, dosando as preocupações expostas principalmente no que consiste a dificuldade de compactar fragmentos de grupos sociais na construção de identidades unitárias – que os congelariam – a criação de mecanismos de inclusão e formação política no sistema partidário deve contemplar, na esfera representativa formal, a equidade da inserção de vozes de diferentes matizes atravessadas pela mesma identidade – de gênero, raça ou outras.

Capítulo 2 - Os referenciais no estudo de partidos políticos

2.1 - Introdução ao partido político: algumas perspectivas e abordagens

Nessa seção nos ocuparemos de construir um panorama sobre as principais referências teóricas da literatura de partidos políticos, pinçando elementos que conduzam à transição requerida no trabalho. As perspectivas e abordagens aqui expostas terão um escopo limitado ao que julgamos úteis como ferramenta analítica na compreensão da dinâmica partidária: a genealogia do uso do termo “*partido*”, a estrutura, a organização e seus dilemas. Não reconstruiremos, desse modo, todo vasto itinerário que o campo estabeleceu. Posteriormente, analisaremos o quadro partidário brasileiro orientado pelo eixo ideológico esquerda, direita e centro, mas emprestando outras taxonomias que cruzadas podem auxiliar no refinamento da proposta analítica. Todo o esforço visa, em uma perspectiva sociológica, à corroboração das teses orientadoras do partido como *locus* organizador dos sistemas representativos e como estrutura primordial de recrutamento e formação dos sujeitos políticos institucionais desaguando na visão do partido como selecionador de elites políticas. Em síntese, os partidos constituem-se como espaço central na discussão da pluralização do conjunto de representantes, produzindo impacto na qualidade da representação política.

A observação dos arranjos institucionais das democracias contemporâneas consolidadas nos indica que suas dinâmicas se estruturam em torno das agremiações partidárias (MANIN, 1997). Grosso modo, os partidos políticos organizam, através do monopólio da representação política, a formação e a composição do corpo político representativo. Como *locus* basilar da representação, opera como intermediador na captação de forças sociais, expressas individual ou coletivamente em vontades de construção de carreiras políticas, e em sua tradução para o plano político-institucional que produz as decisões das sociedades. No entanto, as rotas tradicionais que captam e traduzem as forças sociais ao plano político são incapazes de convertê-las para uma ordem mais justa, tratando apenas de reproduzir e incrementar o quadro de desigualdades estruturais.

O transporte de acesso às decisões que afetam diretamente a ordem da vida social, os partidos políticos, precisa ser objeto de regulação específica. São necessários processos que minem as assimetrias de distribuição do poder, diversificando os elencos políticos para que estejam sintonizados com as forças sociais e possibilitem, por fim, a democratização através da construção de decisões que incidam beneficentemente em uma base social mais ampla. A

estratégia apontada de transposição das súmulas da representação descritiva para a realidade partidária não diminui a dimensão participativa da política. Tanto os apontamentos já feitos das formas de participação direta, tanto os movimentos sociais que atuam pra além das fronteiras dos Estados são fundamentais na dinâmica política das sociedades. No entanto, precisamos nos debruçar sobre a realidade imediata do exercício do poder e convertê-lo em um instrumento coletivo e democrático da vida social e, pra revolver esse solo, é necessário olhar para os partidos políticos.

Tendo alinhado a bússola desse trabalho, trataremos de recorrer à revisão teórica que irriga nossa estratégia. É importante, pois, desvendar as origens de formatação dos agrupamentos que conhecemos hoje como partidos políticos. A trajetória de uso da terminologia atual se confundia com a de outros ajuntamentos políticos em perspectivas de época. Essa confusão derivava de um caldo diluído de organizações que buscavam influenciar ou tomar o poder em contextos políticos mais fechados, criando uma mentalidade negativa em relação à organização coletiva. Esse quadro introduz a nossa análise.

Depois de Maurice Duverger (1980), o qual trataremos a seguir, Sartori (1982 [1976]) produziu uma nova tentativa de uma abordagem mais ampla sobre partidos políticos, com intuito de fornecer um arsenal conceitual sobre partidos e sistemas partidários. A proposta de início em Sartori (1982 [1976]) se justifica pela sua perspectiva mais compreensiva e menos tipológica e esquemática que o primeiro, cumprindo um trajeto pedagógico mais consistente. Assim, o ponto de partida do autor é o estabelecimento de um quadro sobre a transição terminológica de *facção* para *partidos*. Seu esforço buscou desvendar, tendo como paisagem básica o quadro acima descrito, a avaliação do pensamento político desde Maquiavel até Benjamin Constant. A transição, entendida dessa maneira pelo autor, adentrará as noções mais contemporâneas do conceito.

O processo histórico da gênese do partido, destrinchando etimologicamente e comparando os usos dos vocábulos, aponta a *facção* como terminologia depreciativa no pensamento político ocidental, atribuição derivada de uma observação concreta da dinâmica de agrupamentos estabelecidos. O *partido* conteria um significado de *parte*, derivada em dividir, como um fracionamento analítico abstrato, ou de participação, guardando proximidade com a ideia de seita (SARTORI, 1982 [1976]).

Em Sartori (1982 [1976]) os percursos históricos do desenvolvimento e uso do vocábulo *partido*, que remete ao século XVII, tinham o desafio de retirá-lo do território analítico abstrato, deslocando-o para uma semântica concreta que delimitava mais claramente

objetos do mundo da política, assim como operava a facção. Os primeiros passos foram dados por Bolingbroke (SARTORI, 1982 [1976], p.25). Apesar de ainda não admitir a existência de partidos pelos imperativos contextuais e noções, ele esboça fronteiras terminológicas de grau e natureza dos termos, colocando-os pela primeira vez como objeto de análise. Empenhou-se em diferenciar em espécie os partidos – compostos por valores e princípios balizados aos interesses nacionais – das facções – módulos orientados pelos interesses pessoais e apontava para a ambivalência no significado de partido de acordo com os sabores do contexto analisado.

Em Hume (SARTORI, 1982 [1976], p.28), Sartori enxerga o avanço na diferenciação conceitual apostando em tipologias de partidos e facções como método. Os partidos seriam a consequência desagradável, mas não condicional, de um governo livre e da fragmentação política que a modernidade trazia consigo. Estava dado um substrato analítico para o entendimento do partido como um ordenamento de grupos sociais concretos.

Burke (SARTORI, 1982 [1976], p.29) promoveu, desse modo, a distinção definitiva entre facção e partido, cisão fundamental na gramática política que reverbera e orienta também as noções atuais. O partido seria, para o autor, instrumento de governos livres, entendido através da chave da legitimidade de ajuntamentos políticos balizados por interesses comuns concretos na sociedade. A “ligação” ou associação política é dada como elemento fundante do pensamento burkeano em contraposição com o discurso oficial da então monarquia. Assim, em Burke (SARTORI, 1982 [1976], p.29), a clivagem política fundamental não se dá entre súditos e soberanos, mas partidos como partes constitutivas da soberania política e expressões legítimas de interesses sociais.

O marco burkeano e sua definição ressoa uma abordagem liberal clássica que localiza os partidos políticos como um instrumento da opinião pública que visaria influenciar nos governos. Representa, em sua emergência nos contextos políticos de outrora, um ponto institucional de equilíbrio dos indivíduos em contraposição à máquina do poder do Estado (BURKE, 1942).

Para além da diferenciação da natureza das organizações coletivas que visavam influir ou tomar o poder político, Manin (2010 [1997]) apontou para as bases constitutivas das relações políticas que pavimentariam o sistema representativo e, conseqüentemente, partidário. Retomando sua análise já iniciada na seção anterior, o autor maneja o *princípio da distinção* na denúncia dos alicerces aristocráticos e assimétricos dos sistemas políticos que foram vitrine e inspiração mundo afora em um contexto de expansão do eleitorado.

No esquema proposto, a posição ocupada na hierarquia social era determinante direto na viabilidade de pleitear um cargo público. Os eleitos deveriam ser socialmente distintos dos eleitores, mais precisamente, os indivíduos estariam aptos a exercer uma função pública e atuar de forma adequada caso se situassem no topo da pirâmide social. Essa realidade das relações políticas foi atribuída e sustentada a uma combinação de fatores específicos em cada contexto analisado, sendo os fatores principais elencados os mecanismos legais que decantavam o contingente socialmente apto a postular cargos públicos, arranjos circunstâncias já detalhados, e a existência de uma ideologia de dominação social que naturalizava as desigualdades, ao que o autor chama de fatores culturais (MANIN, 2010 [1997]).

A despeito das análises detidas na França e na Inglaterra por Manin (2010 [1997]), o registro das contendas em torno dos processos de formulação da Constituição dos Estados Unidos entre federalistas e anti-federalistas na Convenção da Filadélfia jogam luz às bases argumentativas que irrigaram os debates sobre representação e sistemas eleitorais-partidários: a plasticidade e autonomia de atuação, além de maior capacidade e menor propensão à corrupção e ao faccionismo, que a independência financeira trazia era o que sustentava a posição pró-restrição censitária aos “eleitoráveis” dos federalistas. Em contrapartida, os anti-federalistas advogavam formas de achatamento das distinções e mitigação das assimetrias sistêmicas que compunham a relação eleitor/eleito.

Apropriados de noções teóricas que remetem à investigação genética das bases de sistemas partidários, a análise central de estrutura e organização é facilitada. O partido como módulo basilar de organização da representação política, para além da investigação de sua gênese formal, encontra respaldo nos esquemas analíticos que se debruçaram na leitura de estruturas e dinâmicas partidárias para se tornarem referências no campo de estudo. A tese do partido como estrutura primordial no recrutamento e capacitação de sujeitos políticos institucionais estará também amparada.

Através da análise descritiva dos chefes das organizações partidárias, notadamente as de linha operária, Michels (1982) prescreve a organização partidária como condição das lutas políticas em regimes democráticos. A necessidade do partido consistiria na organização do debate e da disputa pública. As posições de ideários e interesses em jogo, corporificada em grupos sociais organizados, precisariam da forma-partido que lhe confeririam legitimidade e altivez política dentro do sistema representativo, resultando em última instância e em teoria, na desarticulação da sobreposição de ideias na sociedade (MICHELS, 1982).

O autor parte da premissa do clássico problema de escala e dimensão social que impossibilitaria formas diretas do exercício do poder, especificamente do contingente representado na categoria chave que baliza a análise, a massa. A impossibilidade do governo direto, da qual emerge a premência do partido, apresenta dimensão temporal e espacial, além de fator de ordem técnica, derivadas da ordem social estabelecida. Mediante os empecilhos, a massa necessitaria de um sistema que eleja delegados como interface de interlocução política, dinâmica que deverá ser organizada pelos partidos. (MICHELS, 1982) Os complexos processos narrados por Michels (1982) que daí decorrem, serão expostos na subseção seguinte.

Em seu clássico *Os partidos políticos*, Maurice Duverger (1980) estabelece, a partir de uma abordagem organizacional, alguns eixos analíticos referenciais dos sistemas e estruturas partidárias. Os referenciais se espraiam pela análise histórica da dinâmica partidária em diversos contextos e tem como parâmetro primeiro o número de partidos e sua influência na composição de governos. Debruçando-se sobre o número de partidos inscritos em um sistema eleitoral, Duverger (1980) descreve as dinâmicas dualistas bipartidárias que, a despeito das suas particularidades, são produtos da divisão política da sociedade – naturalizada para o autor - e da assimetria entre pequenos e grandes ajuntamentos partidários. (Duverger, 1980). Sistemas descritos como bipartidários não necessariamente concentram dois partidos. Mais precisamente, a estrutura da disputa, mesmo com uma cartela diversa de agremiações, é centrífuga, conferindo viabilidade de poder a apenas duas forças partidárias.

A rota percorrida pelo autor descortina algumas configurações históricas esquadrihadas do dualismo bipartidarista. Discorre basicamente sobre três configurações: o bipartidarismo em contexto de pujança do projeto histórico burguês em que se opunham conservadores e liberais tendo o regramento censitário como paisagem eleitoral; com a expansão do sufrágio e a entrada em cena de forças populares e do projeto socialista, a configuração da polarização tendo oposto uma síntese de forças burguesas às socialistas; a última descrita é a dualidade política entre partido comunista e partido “ocidental” (DUVERGER, 1980).

Duverger (1980) conjuga sua noção binária de tendência política da sociedade a repertórios de dimensão técnica que ancoram o dualismo bipartidário. O sistema majoritário de apenas um turno seria preservador da lógica dual, assim como a relação inter-partidos de fusão ou aliança e a eliminação de algum partido reestabelece a ordem dual (DUVERGER, 1980).

Adotando trajeto semelhante o autor analisa contextos multipartidários. Ele assinala para uma ordem que deriva, em larga medida, da ruptura e fracionamento interno das forças partidárias estabelecidas em contextos bipartidários, na qual as posições em jogo se autonomizariam reciprocamente a partir de então. Esse cenário multipartidário seria, para Duverger (1980), de instabilidade e fluidez, favorecidos por uma paisagem eleitoral de sistema majoritário em dois turnos e com representação proporcional (DUVERGER, 1980).

Munidos dos repertórios mais abrangentes aqui expostos, prosseguiremos na formulação da tese que constitui o eixo central da perspectiva partidária. O partido, em seu significado político fundamental, organiza a disputa e o recrutamento dos sujeitos políticos institucionais imbuídos do processo de debate nacional e tomada de decisões. Argumentaremos tendo o supracitado como guia, na perspectiva de contemplar a análise ao longo do trabalho de ampliar os atores que habitam o sistema de seleção, tornando-o mais representativo do campo social.

2.2 - O partido na construção de elites políticas

A assertiva de que o partido opera como um mecanismo que organiza a disputa de elites políticas de diversos matizes encontra fundamentação no *corpus* teórico de vários autores. O mecanismo vertical de formação de quadros tem dinâmicas diversas, tanto endógenas quanto exógenas ao partido e preparam grupos que, para além da disputa que se situa em diversos planos – programáticos, morais, personalizados – irão negociar a partilha e ocupação das esferas do aparelho público. As lentes que assim visualizam a dinâmica partidária não esgotam, no entanto, outras dimensões da rede de significados políticos e sociais dos partidos políticos. Como já sublinhado, a interface que coordena a disputa macro-institucional imbricada à espiral organizativa que alça os sujeitos a ela é o plano o qual nos situaremos.

Avançando a análise sociológica dos partidos políticos, Duverger (1980) produziu os parâmetros tipológicos que orientaram o campo de estudo dos partidos. A taxonomia duvergeriana, apesar de perder seu fôlego de outrora em campanhas analíticas, precisa ser explorada como farol na tentativa de construir diferenciação de ajuntamentos partidários. O autor diferencia *partidos de quadro* e *partidos de massa*, trazendo sua estrutura de funcionamento, sua composição social e os momentos históricos do seu desenvolvimento (DUVERGER, 1980).

Escorado em modelos históricos, os partidos de quadro se estruturam como organizações compostas por notáveis com representação no Parlamento, portanto de origem parlamentar. Classificados como arcaicos pela sua longevidade histórica, fora o modelo predominante na organização política das sociedades ocidentais. Possuiriam bases sociais na grande ou pequena burguesia, com organização descentralizada, mesclando relações horizontais e verticais e frágeis laços organizacionais de disciplina e articulação. São marcados por atividade sazonal, circunscrita a momentos eleitorais, produto do funcionamento fortemente atrelado à atividade parlamentar dos seus quadros e a conquista de eleitores (DUVERGER, 1980).

Duverger (1980) tem como base da terminologia os partidos de notáveis, ou do tipo tradicional, da Europa do século XIX (sendo os *Whigs* e os *Tories* os exemplos clássicos na Inglaterra) e os do tipo norte-americano, além de apontar as diferenciações do partido indireto. No entanto, uma observação atenta mostra que as linhas gerais de um partido de quadros guardam semelhanças com a operação de várias siglas em funcionamento no Brasil, tornando-a uma terminologia útil como parâmetro analítico (DUVERGER, 1980).

Com o mesmo esquema explicativo nos são apresentados os partidos de massa, de origem exógena ao sistema político estabelecido. No entanto, Duverger (1980) os dissecou pela diferenciação de partidos especializados, do tipo socialista, e partidos totalitários, do tipo comunista e fascistas, com vastos exemplos históricos ilustrativos. O tipo socialista, que remonta ao início do século XX, tem leitura baseada nos partidos social-democratas europeus, apresentam bases sociais nas massas populares, organização vertical e relativamente descentralizada com atividade regular e forte articulação e disciplina partidária. Para o autor, as funções dos partidos de tipo socialistas, para além da atividade eleitoral e parlamentar seria a educação política e a formação de novas elites dirigentes (DUVERGER, 1980).

Os partidos totalitários de tipo comunista se referem aos ajuntamentos do leste europeu e o apinhado de seções comunista mobilizadas em todo o mundo. Possuiriam base social operária e funcionariam em atividade permanente com seus objetivos de agitação, propaganda e enquadramento. São organizações verticalizadas, disciplinadas e adepts do centralismo democrático – sùmula leninista que prevê a divergência relativa, mas a unidade na ação. Os do tipo fascista, referidos pelo partido nacional-socialista alemão e o partido fascista italiano, encontram bases na burguesia e classes médias, operando permanentemente na consecução dos objetivos de se opor à força à emergência das massas populares. Também

fortemente verticalizados, disciplinados e centralizados, se estruturam como uma autocracia personalista, sustentada pela figura do *Führer* (DUVERGER, 1980).

Michels (1982) também nos fornece repertório fundamental na investigação organizacional e estrutural da construção partidária. A partir da investigação da estrutura organizativa do Partido Socialista Alemão (SPD), temos as bases teóricas que conduzem a análise da tendência à configuração piramidal da vida partidária, enrijecendo a disjunção funcional entre a base e o topo da estrutura. A esse processo o autor estende o conceito de oligarquização, na qual há a formação de um topo piramidal que drena a capacidade decisória e de mobilização para um círculo restrito de sujeitos da vida partidária, os chefes da organização, cristalizando o distanciamento entre as bases e a cúpula partidária. Nesses termos, o processo é concebido como uma contradição tendo em vista que o itinerário da rota de expansão dos partidos socialistas e operários, produto da organização “dos de baixo”, incluía desvencilhar-se da fórmula dos partidos da ordem (MICHELS, 1982).

Alçada ao status de “Lei de Ferro das Oligarquias”, a tese do autor se desenvolve em torno de um fundamento sociológico que versa sobre o caráter conservador incrustado na lógica de organização partidária, traduzindo-se em um processo inexorável atravessado pelas agremiações. As estratégias de ação política, desse modo, se orientam para auto-conservação da sua estrutura, desenhando-se um quadro de dissonância entre a teoria (revolucionária no caso, mantendo-se a terminologia) e a prática partidária alinhada aos partidos da ordem. (MICHELS, 1982)

O autor, reforçando o supracitado, elucida a dissonância dos fundamentos de construção partidária, apontando o modo pelo qual o revolucionário com retórica anti-estatal acaba por configurar-se como um microcosmo da esfera estatal, amarrando sua estrutura na disciplina e autoridade. Como desdobramento da assertiva anterior, Michels (1982) descreve como um partido socialista acaba por tornar-se um simples componente da democracia concorrencial, disputando quadros, eleitores e imbuído de um projeto do poder pelo poder, de ocupação e construção de condomínios políticos dentro do Estado. Na esteira, elabora uma crítica de fundo ao pensamento e organização do campo socialista, especialmente da esquerda marxista, na qual este acaba por corroborar as teorias elitistas. Uma vez que a revolução social trataria, segundo o autor, apenas de reconfigurar uma nova classe dominante no poder e a democracia, mesmo que esta nos moldes pensados de fato não figurem no pensamento radical da época analisada, consistiria em adorno retórico.

A formulação de Michels (1982) desagua na conversão incontornável de todo quadro partidário, independente da matriz ideológica e perspectiva de classe do sujeito partidário, em módulos de seleção de uma classe política dominante. O autor assegura que a fórmula social da oligarquização dos espaços políticos é o único dispositivo que parece assegurar a estabilidade do contexto e a ordem social. Michels (1982), em uma crítica ao pensamento e organização marxista, advoga que estas acabam por corroborar as teorias elitistas, uma vez que a revolução social trataria apenas de estabelecer uma nova classe dominante e a democracia consistiria em componente de retórica (MICHELS, 1982).

As perspectivas de fundo que guiam os conceitos e abordagens de Michels (1982) e Duverger (1980) serão contrapostos por Panebianco (2005). O último diverge da tese que define o partido político como o selecionador e propulsor de elites políticas, alargando o repertório teórico em torno do partido e problematizando o que ele considera perspectivas dicotômicas. Expor a crítica às linhas ao qual convergimos colabora ao apontar as lacunas e ajustar as perspectivas.

Panebianco (2005) parte da explicação do que ele denomina de preconceitos – que impregnariam as abordagens correntes sobre partidos políticos - para propor uma abordagem orientada pelos *dilemas organizacionais*. Os preconceitos seriam o sociológico, o qual visualiza o partido político como expressão das demandas dos setores sociais que representariam; e o teleológico, que define objetivos aprioristicamente aos partidos, ocasionando no estabelecimento de metas ideológicas. O primeiro dilema exposto, entre *modelo racional* e *modelo de sistema natural*, versará que enquanto o primeiro visa conduzir aos objetivos organizativos oficiais, a causa comum, o segundo orienta-se para mediar às diversas demandas tentando manter a organização. O segundo dilema diz respeito à tensão entre *incentivos coletivos* – na forma de identidade, solidariedade ou ideologia – e *incentivos seletivos* – de poder, de *status* e materiais – implicando em uma pressão dupla, na qual a ideologia assume internamente o papel de manter a identidade e de ocultar a distribuição dos incentivos seletivos (PANEBIANCO, 2005).

Já o terceiro dilema é entre a *adaptação ao ambiente* e o *predomínio*, ou seja, entre como se dá influência do ambiente sobre a organização e a influência da organização sobre o ambiente, respectivamente, a depender das características do ambiente e da pluralidade de ambientes – levando a adaptar-se em uns e a dominar noutros, sendo atributo da ideologia definir o “*território de caça*”. O último dos dilemas fala sobre o confronto entre *a liberdade de ação* (autonomia) e as *coerções organizativas* – como negociações internas e seus vínculos

externos –, na caracterização da ação dos dirigentes, determinando sua liberdade de manobra (PANEBIANCO, 2005).

A partir das prerrogativas apresentadas, Panebianco (2005) produz um modelo de evolução organizativa, seguindo três fases que constituem tipos ideais: (a) o sistema de solidariedade, que apresenta o modelo racional, a predominância dos incentivos coletivos – uma participação do tipo movimento social – com uma estratégia de predomínio sobre o ambiente, cujos líderes têm maior liberdade manobra; (b) institucionalização – enquanto consolidação da organização; (c) o sistema de interesses, imbricado no modelo natural, preponderando incentivos seletivos – característico da participação profissional – com estratégia de adaptar-se ao ambiente, cujos líderes tem baixa liberdade de manobra (PANEBIANCO, 2005).

2.3 - O contexto partidário brasileiro

O contexto do cenário partidário brasileiro é marcado pela existência de duas dinâmicas aparentemente contraditórias e que operam no mesmo plano: a fragmentação e o achatamento. Os mesmos arranjos legais que avalizam um contexto institucional multipartidário e fragmentado, com a proliferação de siglas à revelia de quantas forças políticas dissidentes habitam o sistema, permitem, conjugados a condicionantes políticos, sociais e econômicos, uma dinâmica achatada do quadro partidário.

Em uma radiografia apurada, há atualmente registrados do Superior Tribunal Eleitoral (TSE) trinta e duas siglas partidárias, sendo que na legislatura atual iniciada em 2010, vinte e três siglas possuem representação no Congresso Nacional. Uma primeira ressalva, que corrobora a legislação flexível que permite o espraiamento irrestrito de legendas, é que nas eleições de 2010 que elegeram a atual legislatura havia vinte e sete siglas registradas no TSE (TSE, 2010). A segunda ressalva é a existência de partidos, especialmente da extrema esquerda, que, em suas súmulas partidárias, desprezam a viabilidade no pleito, utilizando-o como instrumento de visibilidade e propaganda de agendas e causas, denúncias ao próprio sistema e sua captura por externalidades que operariam inapropriadamente dentro da democracia liberal concorrencial e a disputa de territórios e influência na militância social⁵.

⁵ Vale pontuar que esse direcionamento tático-estratégico de organizações partidárias, especialmente da extrema esquerda, é uma ferramenta histórica não restrita ao contexto brasileiro.

Os elementos que caucionam o funcionamento dessa dinâmica dupla no seio do sistema político-partidário brasileiro são, na leitura desse trabalho, as injunções legais que flexibilizam as fronteiras do quadro partidário e permitem a captura e colonização do poder político pelo poder econômico; arranjos institucionais que ordenam o funcionamento dos poderes caracterizados pelo “presidencialismo de coalizão”; e a leitura, que extrapola as linhas da análise partidária, mas que incide decididamente na mesma, que condensa as perspectivas de André Singer (2012) que inaugura a consigna do *lulismo* e a de Marcos Nobre (2010), que caracteriza o *pemedebismo* como lógica decisiva que organiza o cenário político atual no Brasil.

A legislação confeccionada durante o processo de redemocratização no Brasil e seus incrementos posteriores forjaram um panorama de alta fragmentação partidária, com o aparecimento e supressão de siglas ao sabor das negociações políticas, projetos pessoais e contingentes financeiros disponíveis. A estratégia iniciada na transição para a democracia brasileira almejava um quadro partidário que acomodasse tanto as forças de continuidade do regime ditatorial cívico-militar, quanto acolhesse a miríade de grupos e dissidências florescidos na oposição ao mesmo. A lógica de engenharia política brasileira permite, dessa forma, a existência de sistemas subnacionais, onde a atuação de partidos e coligações no plano local não necessitam de congruência com a atuação nacional. Essa lógica contribui para um cenário fragmentado e atuação partidária descontinuada ao sabores dos pactos locais firmados.

O ambiente legal multipartidário, que justapõe regramento partidário, eleitoral e regimentos internos de órgãos públicos, ao mesmo tempo que expressa o nível de fragmentação política, contribui para que uma fenda estreita de forças drenem os recursos políticos e protagonizem o enredo partidário. Na histórica política da recente democracia brasileira, os protagonistas – em nível nacional, necessário ressaltar, pois os cenários locais operam configurações políticas diversas e próprias da dinâmica de sistemas sub-nacionais – , desse enredo tem sido o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), considerada uma agremiação de centro e o Partido dos Trabalhadores (PT), partido de centro-esquerda. Os partidos tem se revezado na condução dos governos nacionais e se equilibrando na conquista e perda de redutos nos territórios estaduais. A disputa, que mostra sinais de esgotamento e traduz placas tectônicas mais amplas de disputa social que trataremos a seguir, ordenou o sistema político brasileiro assessorado pelo cenário periférico que descreveremos a seguir, com papel destacado ao Partido da Mobilização Democrática Brasileira (PMDB).

A maioria das siglas congregam pequenas agremiações com objetivos diversos. Habitam o cenário partidário brasileiro desde grupos históricos da esquerda – como o Partido Comunista Brasileiro (PCB) de 1922, entrecortadas por contextos de ilegalidade, oriunda do movimento operário internacional, e o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), cisão do PT do início da década de 90 – que, como já dito, atuam ideologicamente, ignoram a viabilidade nas eleições, visualizando-a como espaço de visibilidade e propaganda de agendas e causas e denúncias ao próprio sistema, até a maioria das siglas que, concentradas a direita, gerenciam os interesses de pequenos grupos e projetos pessoais de carreira, duelando na atração de quadros disponíveis no mercado político, atuando para negociar ocupação do Estado e trânsito de influência na obtenção do próprio quinhão político, negociando apoio em troca de cargos.

Vemos de um lado, concentrado no polo á esquerda do espectro político, forças que concentram atuação na disputa de terreno nos diversos segmentos da militância política sendo que uma fração ainda conserva viabilidade eleitoral escorada em uma estrutura orgânica e no capital político de quadros históricos esparramados pelos vários níveis de disputa. Exemplo deste último, o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) conta com poucas cadeiras em casas legislativas nacionais e estaduais além de prefeituras. Sua força a relativa dentro do circuito da esquerda partidária deriva em larga medida da origem dissidente recente, mais precisamente 2005, do Partido dos Trabalhadores (PT).

Assim, o circuito da esquerda partidária cumpre alguns roteiros que o diferenciam. Uma fração, como dito, deriva da dissidência em momentos políticos diferentes de outrora tendências do Partido dos Trabalhadores (PT) e herdaram deste recursos políticos variados. A leitura da conversão do PT em partido da ordem, a moderação política e os alegados desvios do papel histórico são denominadores comuns que se combinam à fragmentação em outras forças. O Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), que reivindica matriz ideológica e organizativa leninista, trotskista e morenista⁶ foi catalogado em 1993 após cisão da tendência petista Convergência Socialista, expulsa do PT. O Partido da Causa Operária (PCO) deriva da cisão da tendência Causa Operária em 1991. O PSOL, maior diáspora política das fileiras petistas, fora homologado em 2005 – quando o PT já dominava o cenário político brasileiro, encabeçando o governo federal – formado pela expulsão de quadros após escândalos de corrupção e da Reforma da Previdência Social, fiada pelo PT, que desagradara profundamente tendências internas petistas.

⁶ Morenismo faz referência ao pensamento do líder revolucionário argentino Nahuel Moreno.

Outros setores da esquerda são provenientes de grupos históricos. Desde siglas comunistas, produtos de contendas que remetem ao cenário internacional de fracionamento do bloco socialista que tomaram parte na defesa do legado stalinista ou no revisionismo maoísta, respectivamente o Partido Comunista Brasileiro (PCB)⁷ e Partido Comunista do Brasil (PCdoB) – o primeiro, nanico, o segundo, linha auxiliar ao governo federal liderado pelo PT, ocupando cargos públicos em troca de apoio, e com forte influência em segmentos da militância social – até o Partido Democrático Trabalhista (PDT), oriundo do espólio político do nacionalismo-revolucionário brizolista⁸, sigla grande e que compõe base do governo federal com aderência similar ao PCdoB, o Partido Socialista Brasileiro (PSB), do qual falaremos na seção 4 do trabalho, o Partido Verde (PV), legenda ambientalista que oscila historicamente compondo base de governos de orientações diversas e outros.

Por outro lado vemos uma constelação de siglas, mais distribuídas ao centro e a direita, que ordenam interesses de grupos e projetos pessoais de grandes chefes nacionais e locais e disputam quadros e dissidências competitivos no mercado político. Atuam em trânsito na órbita das disputas entre os protagonistas do sistema político negociando suporte em intercâmbio de cargos públicos. Essas siglas ainda cumprem o roteiro de descoordenação dos planos de governo do Brasil, podendo compor governos diferentes a nível nacional e estadual de acordo com interesses nacionais e locais. A existência da lógica subnacional pela qual operam os partidos, que permitem dissonância completa de alianças a níveis de governo, é caudatária do funcionamento duplo e muitas vezes contraditório de fragmentação e compressão do sistema partidário. Permitem *fronts* múltiplos de barganha, mas não se desvencilham das clivagens das disputas centrais do sistema.

Cabe sublinhar o papel de forças suprapartidárias que traduzem politicamente os anseios do espectro à direita. Na disputa brasileira, mesclam-se credos liberais e conservadores que formam um bloco de oposição ao PT, sustentados por uma chave moral de leitura do debate público e um discurso social que o replica e sustenta, possuem uma agenda de austeridade e regulamentação econômica e o represamento de avanços na extensão de direitos a minorias sociais⁹. Esse bloco heterogêneo congrega setores religiosos cristãos,

⁷ Após a dissolução do PCB, influenciada pelas nuances do cenário internacional, e sua posterior reconstituição houve um desmonte que deu origem ao Partido Popular Socialista (PPS), hoje base da oposição à direita do governo federal.

⁸ Brizolismo faz referência ao conjunto de práticas e discursos que remetem ao líder histórico e fundador do PDT, Leonel Brizola.

⁹ A propaganda desse discurso político fica evidente quando se examina as três últimas eleições gerais, nas quais eram força de oposição.

latifundiários e frações empresariais espalhadas por várias siglas, concentradas especialmente no Democratas (DEM), ex-PFL (Partido da Frente Liberal) o qual falaremos na seção final, e no PSDB. O PSDB apesar de sua origem ser de centro-esquerda e empunhar, na letra fria das linhas programáticas, bandeiras da social-democracia é o ator de maior estatura política com o qual os setores da nova direita brasileira se mobiliza e articula.

Amarrado a todo esse arranjo legal, a permissão de financiamento privado empresarial de campanhas eleitorais milionárias com baixíssima fiscalização, sacramenta o ambiente de mercado político. Raiz do problema da colonização econômica do mundo político, uma cartela restrita de atores econômicos influencia decididamente nos projetos políticos e nos atores viáveis eleitoralmente. A concentração desses recursos em poucas siglas, que ganha desenhos de investimentos econômicos na garantia da defesa do interesse dos setores econômicos interessados, contribuem para o desenho centrípeto do sistema eleitoral-partidário, com uma periferia povoada de legendas em trânsito negociando o seus recursos políticos.

Concatenado ao cenário acima exposto, a descrição do sistema político brasileiro como um presidencialismo de coalizão (ABRANCHES, 1988) é preciso e útil no intento de visualizar a as engrenagens duais de funcionamento político-partidário. Mediante um poder legislativo altamente fragmentado, aprofundado pelo modelo bicameral do Brasil, o poder executivo nacional precisa articular e costurar um bloco parlamentar que constitua maioria para construção de governabilidade. Com frequência a formação da maioria parlamentar obriga a articulação de forças políticas antípodas programaticamente e que se atritam internamente ao bloco, constituindo um arco heterogêneo de alianças para levar a cabo um programa de governo (ABRANCHES, 1988).

Abranches (1988) transcreve o problema como um dilema institucional a partir dos seus desdobramentos. O presidente da República teria, nesse arranjo, raio de ação restrito, tornando-se refém das articulações no Poder Legislativo. Este, por sua vez, seria destituído de prerrogativas e folego para a condução da política nacional. O processo que se retroalimenta engessaria a agenda pública, atravancando o processo decisório. Essa engenharia institucional descortinaria a sobrevivência de fragmentos de lógicas aparentemente contraditórias de funcionamento do sistema, de fragmentação e tendências centrípetas, que expande a possibilidade de proliferação de siglas ao mesmo tempo que concentra o poder de agenda no presidente da República e infla o poder das lideranças partidárias na condução e na imposição

de disciplina partidária aos componentes do bloco do governo (LIMONGI, FIGUEIREDO, 1998).

A tese de Singer (2012) fornece o incremento analítico, conjugado à proposta de Nobre (2010), que sedimenta o prognóstico dos contornos centrípetos do sistema eleitoral-partidário. Singer (2012) aponta que o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) – resguardando as peculiaridades de cada um dos dois mandatos – marca uma profunda reconfiguração e reordenamento das forças sociais e sua incidência no processo eleitoral, produto direto do que ele concebe como *lulismo*. O reordenamento analisado viria a reboque das transformações trazidas pelas formas características do *lulismo*, marcadas pela contradição da mudança gradual e o pacto conservador de não impactar as estruturas sociais de forma mais ampla (SINGER, 2012).

O cientista político analisa minuciosamente a constituição de um marco político, o “realinhamento eleitoral”, expressão aplicada, segundo o autor, “para designar a mudança de clivagens fundamentais no eleitorado, que definem um ciclo político longo.”, aproximando-se com as reordenações ocorridas nos EUA com Roosevelt. (SINGER, 2010, p. 13). Recuperando a dimensão de classe na formulação da sua tese, o autor mostra que, da transição do primeiro mandato de Lula até a reeleição teria ocorrido a inclusão e a aderência de blocos eleitorais constituídos por setores excluídos economicamente, produzindo novas clivagens políticas. Em contrapartida, Singer (2012) sublinha que o realinhamento eleitoral, que proporcionou grande popularidade ao Lula e ao Partido dos Trabalhadores, tornou a base eleitoral do PT - agora constituída pelo subproletariado através do deslocamento desta em substituição à classe média agora convertida ao PSDB nas urnas - mais conservadora em temas políticos, enquanto almeja o crescimento econômico.

O ultimato de Singer (2012) prescreve o domínio da redução da pobreza na agenda política do país, obrigando a oposição a assimilar essa pauta e comprimindo o quadro partidário brasileiro. O processo de realinhamento proporcionado e a afirmação da conversão do PT a um partido da ordem – visível nos dois mandatos de Lula – se estabeleceria como uma síntese da transição histórica do partido: da formação de um vértice político radical através da congregação de forças de esquerda até o projeto de reconciliação atual. Munidos dessas perspectivas, o *lulismo* tratou de aquiescer e unificar as tendências do PT apresentando um programa moderado de reformas e crescimento econômico conjugado à marcha lenta da redução das desigualdades sociais, ancorada nos programas de transferência direta de renda

que ativaram o mercado interno – inclusão via consumo – e na paz e aliança com as forças conservadoras e o mercado (SINGER, 2010).

Apesar da possibilidade de encaixe teórico, Nobre (2010) critica a princípio¹⁰ o “economicismo” de Singer (2012) que não consideraria o caldo de cultura política no qual as mudanças econômicas e sociais estariam submersos. Nobre (2010) sublinha que o cientista político expressa o Governo Lula como um marco na história política brasileira, sendo que, de acordo com aquele, o primeiro ciclo de governo do PT não rompe com um arranjo político que ordenada a política brasileira desde a redemocratização, o *pemedebismo*. O *pemedebismo* não seria a hegemonia de um partido, o PMDB, com trajetória repleta de nuances no cenário político, mas um eixo que avaliza o modelo de fazer política que remonta ao período da transição democrática brasileira que dependia da inclusão de forças e construção de amplas frentes no combate a ditadura — no então MDB — preconizando a redução dos conflitos internos ao bloco. (NOBRE, 2010)

Para o pleno funcionamento do bloco não poderia haver restrições às siglas partidárias que se prostrariam em suas fileiras, e todos seriam munidos do poder de veto sobre qualquer tema. Assim, ao longo desses 25 anos, pelo sistema de vetos, não foi possível avançar em questões centrais e agendas mais polêmicas que não fossem minimamente consensuais, ou que não ameaçassem confrontar as redes de interesses que atravessam a política brasileira, engessando inclusive um debate público aberto sobre as questões. O *pemedebismo* atravessou o ordenamento marcado pela polaridade limitada no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2003), opondo PSDB e PT, mas nenhuma das duas siglas teria conseguido romper com o sistema de vetos. O deslocamento do PMDB se juntando ao bloco de governo encabeçado pelo PT, somado ao enfraquecimento do DEM e PSDB retomaria a lógica mais profunda do *pemedebismo* que contorna conflitos e enfrentamento e busca a ampliação do arco de alianças incluindo o maior número possível de atores políticos (NOBRE, 2010).

.Em síntese, as duas perspectivas se encaixam ao se debruçar sobre aspectos distintos na descrição da paisagem política atual que sustenta a dupla dinâmica que opera no sistema político-partidário brasileiro. De um lado, Singer (2012) recupera a dimensão de classe e calibra sua análise da reconfiguração das bases políticas do Brasil pela chave econômica e social. Nobre (2010) descreve dinâmicas histórico-políticas que compõem um esquema que dissecou o funcionamento do sistema e aponta para o escopo reduzido de forças que dominam a

¹⁰ A crítica é direcionada ao artigo “Raízes sociais e ideológicas do lulismo”, publicado na revista Novos Estudos. Posteriormente o artigo deu origem ao livro *Os sentidos do lulismo*, de 2012.

cena política brasileira. Ambos, no entanto, subscrevem a refutação das teses que enxergam uma polarização fácil da política brasileira, mas mostram que o elenco que administra o topo da direção política do Brasil é restrito apesar da constelação de siglas que habitam o sistema. Para Singer (2012) o projeto petista expresso sob o “signo da contradição” com as suas novas bases eleitorais politicamente mais conservadoras e que sustentam os lentos ganhos sociais dão o tom na análise. Para Nobre (2010), o fio condutor seria o arranjo político conciliatório que modula a história política recente do Brasil.

Capítulo 3 - A ponta da democracia formal: a dinâmica das carreiras políticas

3.1 - Aposta na sociologia política de Bourdieu: campo e capital

Empenhar-se no estudo sobre carreiras políticas requer a compreensão dos arcabouços formais e não-formais sobre os quais operam as democracias representativas. Estas, marcadamente edificadas sobre o signo da desigualdade estrutural, incidem decididamente no desenvolvimento das carreiras políticas, as tornando expressão das assimetrias supracitadas. Sob esse ângulo, vale ressaltar a consideração das clivagens que constituem a agenda desse trabalho - raça e gênero - como fundantes e revestindo as estruturas de desigualdade dos sistemas representativos, é leitura fundamental. Os vetores raciais e de gênero que conformam o desenvolvimento das carreiras políticas serão balizadores da formulação do texto.

A trajetória da formulação estará orientada pela noção de campo político e capital de Bourdieu especialmente no que concerne ao acúmulo de capital político que credencia sujeitos a transpor, reproduzir e reforçar os filtros seletivos da democracia representativa.

O campo político – uma formulação simbólica - constitui um recurso metodológico de Bourdieu (2007 [1989]) na análise sociológica da política, sendo ferramenta indispensável na reflexão sobre carreira política. O campo organiza os atores políticos individuais e coletivos que constituem o plano de existência política, operando como escala hierárquica da estrutura de produção material e simbólica das sociedades. Sendo assim, é “entendido ao mesmo tempo como campo de forças e como campo das lutas que têm em vista transformar a relação de forças que confere a este campo a sua estrutura em dado momento” (BOURDIEU, 2007 [1989], p. 164).

A abordagem do sociólogo procura balizar a análise de recursos econômicos e culturais que incidem na distribuição de capital político e, conseqüentemente, dos instrumentos de produção política e de representações do mundo social – este último, articula o dimensionamento do capital político.

A compreensão do campo como um “mercado político” mobiliza a leitura das assimetrias de acesso ao regramento do jogo e facilita a análise relacional. Bourdieu disseca à constituição do campo político, e mais profundamente, à divisão social do trabalho na sociedade como que o

campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os que se acham nele envolvidos, produtos políticos, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entres os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de ‘consumidores’, devem escolher, com probabilidades de mal-entendido tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção (BOURDIEU, 2007 [1989], p.164)

A divisão social do trabalho e, por conseguinte, a divisão social do trabalho político se traduz no apossamento do campo político por um determinado conjunto social no momento em que este detém para o exercício de atividades cotidianas *tempo livre* e *capital cultural*¹¹. Com tempo disponível e tendo tido boas oportunidades educacionais e sociais, o sujeito pode agir no campo político: detém recursos que filtram, domina variavelmente o *habitus* político, possui as características para recrutamento necessárias na estrutura a qual se vincula.

Por *habitus*, vale ressaltar a despeito da sua complexidade relacional com toda base conceitual do sociólogo, entende-se, *a priori*, como uma estratégia de superação da relação de matriz dual entre estrutura e sujeito. Seu conteúdo designa um conjunto de disposições, sensibilidades e tendências ético-políticas adquiridas em experiências pregressas de vida, derivadas de condições múltiplas de existência, e que constitui a interface pessoal com as quais se relaciona com o campo, entende sua posição como sujeito nele e dos capitais envolvidos. A categoria, seccionada em várias pelo autor na sua dimensão simbólica, material, corpórea, política, cultural, entre outras), assim como as outras emprestadas de Bourdieu (2007 [1989]), é muito funcional na montagem da argumentação sobre as desigualdades estruturais que atravessam nosso sistema político.

A participação no campo é tanto mais viável e crescente quanto mais o sujeito se dedica a conservar determinadas circunstâncias e estruturas próprias da disputa política. O campo político, devidamente composto e produtor da estrutura social mais ampla, tende a reproduzir, e por vezes aprofundar, os desnivelamentos materiais e simbólicos historicamente sedimentados da sociedade patriarcal, racista, heteronormativa e capitalista. Como desdobramento de um longo processo histórico de acumulação das desigualdades de base no revestimento dos seus espaços, o campo político marginaliza a participação de mulheres e negras(os). Não havendo as condições necessárias e propícias à entrada no campo por sujeitos

¹¹ Em nota de rodapé, Bourdieu complementa que “[...] a divisão do trabalho político varia em função do volume global de capita econômico e culturalmente acumulado [...] e também em função da estrutura, mais ou menos dissimétrica, da distribuição deste capital [...]” (BOURDIEU, 2007, p. 164-165). No mesmo sentido, Miguel e Birolí argumentam que são necessários três tipos de recursos à participação política: dinheiro, tempo livre e rede de contatos (MIGUEL; BIROLI, 2011, p.95)

socialmente marginalizados, a tendência de replicação e recomposição baseada nos mesmos pilares é praticamente incontornável.

Desse modo, a diferenciação que deslegitima largas frações sociais para a ação política naturaliza as competências sociais e técnicas requeridas para participação política ativa (BOURDIEU, 2007 [1989], p.167), o monopólio da expressão e reconhecimento de interesses e a impotência diante da condição de externalidade ao campo: impotência diante da política e diante dos aparelhos políticos. (BOURDIEU, 2007 [1989], p.169)

A clareza da noção de campo auxilia o entendimento dos arranjos institucionais que incidem na estrutura de oportunidade de carreiras em breve desenvolvidas. Assim os arranjos eleitorais influenciam decididamente no sistema partidário – lócus de mobilização das carreiras – e nas carreiras políticas. Necessário sublinhar que os partidos, estruturas intermediárias/atrassadoras do jogo político, não são partículas encontradas na teoria da sociologia política de Bourdieu, sendo mobilizadas as categorias de *campo* e *agente* (individual). Apesar desse esquema analítico, a compreensão do autor da disputa competitiva em uma estrutura hierárquica é fundamental para esse trabalho.

3.2 - Recrutamento e ambição política

À margem da celebração das liturgias das democracias concorrenciais contemporâneas se localiza os debates dos problemas estruturais do sistema representativo. As desigualdades sociais produzem clivagens decorrentes de identidades políticas subalternizadas e marginalizadas na corrida pelo triunfo eleitoral. Nas eleições livres das quais participamos periodicamente, especialmente mulheres e negras(os) – categorias não estanques e necessárias outros recortes - não compõem o perfil vencedor e, por isso, são subrepresentados em nossos parlamentos, gabinetes e estruturas partidárias. A essa constatação forneceremos, subsidiados por inúmeras visões, uma base explicativa das assimetrias de gênero e raça no recrutamento e ambição política na construção de carreiras.

Norris (1997) sustenta que o “[...] recrutamento legislativo determina a eleição de candidatos que se apresentam às eleições gerais e, por essa razão, a composição dos parlamentos” (NORRIS, 1997, p. 149, tradução própria). Nessa linha argumentativa, a suposição óbvia é de que os resultados eleitorais se dão na razão dos candidatos e candidatas lançados aos cargos eletivos. A configuração atual, entretanto, mostra que o recrutamento de

potenciais aspirantes à vitória nas eleições segue um recorte – fundamentado na histórica marginalização de grupos sociais – institucionalmente organizado a sempre propor candidaturas e potencializar eleições daqueles que sempre estiveram no topo da pirâmide social: grandes proprietários, brancos, descendentes de famílias com longa bagagem política e/ou advogados.

O recrutamento político é o primeiro filtro de seleção de candidatos potenciais. Fundamentalmente, os responsáveis pelo recrutamento respondem, socialmente, à seguinte pergunta: *quem pode ser selecionado por apresentar perfil requerido?* O viés é direcionado, no mercado político, à vitória eleitoral¹².

Na perspectiva classista que atravessa a outras variáveis estudadas, o estudo de Daniel Gaxie (2012) aponta uma correlação de prestígio na hierarquia política com posições de classe e postos profissionais ocupados em vida progressa à carreira legislativa. O estudo expressa a sobre-representação das classes superiores e sub-representação das classes inferiores socialmente, produto de *estruturas de oportunidade* diferenciadas condicionada por posições sociais. Sendo assim, “[...] a representação parlamentar fornece uma imagem invertida da estrutura social, visto que mais de três quartos dos deputados provêm do decil mais favorecido - social e culturalmente - da população.” (GAXIE, 2012, p. 166)

Ao recrutamento, outra variável-chave para a compreensão do modo como se estrutura o campo político – e, portanto, o capital político – é a ambição política. A ambição está relacionada ao lado da oferta no modelo concorrencial da política. Se há cargos possíveis, há possibilidades de ocupá-los; a ambição se refere, nesse sentido, à vontade de se candidatar a algum cargo eletivo.

Conforme argumenta Pippa Norris (1997), com relação à ambição política, “[...] a literatura norte-americana se concentra na motivação dos candidatos individuais, particularmente nos incentivos e nos custos que condicionam a decisão de se apresentar como candidato dentro de uma estrutura de oportunidade concreta” (SCHLESINGER, 1966:1991 *apud* NORRIS, 1997, p.153). Em estudo clássico para o estudo de carreiras políticas, Rohde (1978) considera ainda a ambição política como essencialmente progressiva; considera-se assim o candidato eleito como racionalmente propenso à tentativa de se eleger a cargos mais relevantes, com o objetivo final de conquista do posto máximo do executivo. A pergunta que se deve fazer e que implica considerar a constituição social e estrutural da política é *como se*

¹² Os partidos são as principais organizações responsáveis pelo filtro de acesso aos postos de representação (Ibid., 1997).

forma a ambição? Desse modo, podemos afirmar, como argumentam Miguel e Biroli (2011), que a ambição não é um problema de natureza individual, principalmente “quando os níveis de participação e envolvimento coincidem tão de perto com diferenças de classe, gênero ou etnicidade” (PHILIPS, 1995, p. 32 *apud* MIGUEL e BIROLI, 2011, p. 92).

Recrutamento e ambição política são duas das variáveis-chave que compõem o quadro de constituição das candidaturas e de potenciais ocupantes de cargos públicos. Quando analisados sob a ótica sociológica e por uma ciência política não necessariamente guiada pelo individualismo metodológico, auxiliam na compreensão da estrutura social que tende a afastar grupos específicos da divisão do poder político, grupos esses que, vale mencionar, quando galgam cargos públicos se defrontam diante do impasse entre duas alternativas primordiais: (a) assumindo-se uma postura de confronto à organização política especificamente articulada em dado momento, tende-se a enfrentar adversários com mais capital político, enfraquecendo-se o potencial de influência da candidatura; (b) assimilando-se ao *status quo* normativo e prático, amolda-se a ele o eleito, perdendo originalidade e ligação com as bases de sustentação eleitoral¹³.

Ambas as alternativas e, por efeito direto, tanto o recrutamento quanto a ambição política, relacionam-se à constituição do campo político e, com olhar mais apurado, à divisão social, sexual e racial do trabalho na sociedade. Há, certamente, diferentes modos pelos quais pode o campo político se organizar; há variação no sistema eleitoral e de partidos, isto é, no conjunto de regras que permitem acesso a o universo dos escolhidos é uma dessas possibilidades.

A concepção de Bourdieu (2007 [1989]) pode, a partir desse viés, ser complementada com os dados coletados por Pippa Norris em *Electoral Engineering* (2004). De uma perspectiva comparada entre diversas democracias, a autora constata que sistemas que optam pelo voto proporcional em lista (aberta ou fechada) tendem a ser mais flexíveis ao ingresso de mulheres no sistema político, com efeito ainda maior quando os distritos eleitorais são maiores. As ações positivas, ou afirmativas, como a reserva de vagas e a definição de cotas para a lista de candidatos e de recrutamento contribuem para a diminuição proporcional da sub-representação de minorias políticas, ainda que isso não signifique necessariamente que minorias eleitas tenham poder substantivo de decisão (NORRIS, 2004, p.82). Ou seja,

¹³ As alternativas são baseadas na análise de Miguel e Biroli quando notam o efeito que tem a estrutura de poder sobre as ocupantes de cargo público. Para ter maior influência, “[...] as mulheres precisam escolher entre enfrentar os estereótipos, sofrendo os ônus desse enfrentamento, ou adaptar-se a eles, conformando-se com um papel secundário no jogo político.” (MIGUEL; BIROLI, 2011, p.104).

diferentes arranjos institucionais produzem distintos graus de permeabilidade do campo político para novos atores, desvinculado, no entanto da ascensão nesse campo através do acúmulo de capital político e reconhecimento.

Assim, mesmo que inseridos na institucionalidade, a trajetória de mulheres e negras(os) inviabilizam, por vezes, a disputa igualitária no exercício do poder político. Os desnivelamentos materiais e simbólicos que transversalizam a vida social, subalternizando identidades, notadamente de gênero e raça, são mantenedores de estruturas radicalmente desiguais de oportunidades. A insuficiência da presença *per se* está em sintonia com um dos motes desse trabalho, que requalifica o argumento apontando para desconstrução de base – e não somente – pela democratização partidária.

As democracias concorrenciais contemporâneas se estruturam em torno da seletividade de suas instituições e organizações. O campo político, ao qual só tem acesso uma parcela – em grande parte - previamente definida da população, configura-se e se reconfigura-se a partir da garantia de manutenção de seus pilares fundamentais. Retomando Manin (2010 [1997]), o campo político escolheria os socialmente *distintos*. Eleitos, não somente porque escolhidos entre um rol específico de selecionados, mas, sobretudo, devido ao caráter aristocrático do conjunto de pessoas ocupantes de cargos públicos. O voto como direito e o cargo público como função são os elementos que compõe a linguagem de leitura na origem dos modelos democráticos atuais. Resguardadas as diferenças, essa é a lógica pela qual o campo político opera e se expressa em modelos contemporâneos e contra a qual emerge o discurso universalista e igualitarista que dá retaguarda às democracias liberais representativas (MANIN, 2010 [1997]).

3.3 - Trajetórias políticas na esquerda e na direita

Cabe nessa seção estabelecer um eixo de diferenciação ideológica na composição das trajetórias políticas na esquerda e na direita. A escala, como introduzida no capítulo 2, classifica as associações partidárias de acordo com credo, valores e bandeiras políticas empunhadas, somadas a localização dentro de uma correlação de forças de um sistema partidário. Ao adentrar as análises partidárias no capítulo 4, exporemos melhor as bases do eixo ideológico proposto e construir o encaixe de como mulheres e negras(os), já iniciadas na seção 3.3, se enquadram nos padrões da esquerda, da direita e do centro político no sistema brasileiro, a partir da perspectiva proposta.

Podemos sublinhar que a construção de carreiras em partidos de esquerda e direita possuem consideráveis diferenças nas suas várias dimensões constitutivas. Identificamos o distanciamento de padrões em planos da vida partidária como padrão de recrutamento político, trajetória e composição social dos elencos disponíveis para concorrência a postos públicos, lealdade partidária e na inclusão de identidades políticas subalternizadas, notadamente de gênero e raça, que constituem a agenda desse trabalho.

Na perspectiva de Santos e Serna (2007) o processo de recrutamento é controlado pelos partidos políticos que fornecerão as bases e os insumos necessários na construção das carreiras. As fontes sociais de recrutamento e construção de capital político são os elementos balizadores que se entrelaçam e conduzem o estudo, fornecendo as evidências de diferenciação no padrão constitutivo à esquerda e à direita. Traçam a partir daí, o quadro referencial dos padrões característicos observados que são insumo para esse trabalho.

Para os autores – que produziram análise comparada entre partidos de esquerda e direita entre Brasil, Chile e Uruguai – as diferenças podem ser observadas, primeiramente, nos perfis sociais e recursos individuais dos eleitos por cada legenda. Partidos à esquerda têm um padrão de recrutamento no “setor público, na classe média assalariada, entre sindicalistas, lideranças associativas e lideranças de movimentos sociais” enquanto à direita temos “padrões de recrutamento social mais elitista e tradicional, compondo suas bancadas entre proprietários urbanos e rurais e profissionais liberais dotados de recursos materiais e de reputação personalizada” (SANTOS; SERNA, 2007, p. 93).

Pinçando elementos dessa diferenciação nas bases sociais de recrutamento podemos organizar os padrões em outra dimensão: à esquerda modelos de carreiras endógenos, com poucos recursos próprios, dependentes do recurso organizacional partidário, vínculos mais sólidos e longevos com o partido e relação de maior lealdade ao longo do tempo; à direita, as estruturas tradicionais captam quadros com carreira lateral, menos dependência dos recursos organizacionais, muitos recursos próprios, carreiras prévias à vida partidária e relação marcada por lealdades instáveis (Idem, p.93).

No ensejo das bases sociais de recrutamento identificamos linhas que subsidiam a análise da composição social do Congresso Nacional, próximo tópico a ser explorado. Através da tradicional diferenciação ideológica Rodrigues (2007) – a partir de conjunto de dados entre 1998 e 2002 – empreende um quadro de mudanças nos perfis sociais da instituição. A ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) à administração pública federal aprofundou a

“popularização” da classe política e a redução do espaço político de deputados federais provenientes de classes altas (RODRIGUES, 2007, P. 3).

As aspas alocadas no termo popularização indicam um condicionamento. O processo não significa uma ruptura completa e a ascensão de classes populares à Câmara mas o deslocamento do eixo para baixo no que concerne a recursos próprios, origem social, escolaridade, *status*, profissão pregressa, espaços de recrutamento. Dessa forma as movimentações de origem social na composição da classe política se inscrevem em processos maiores de mudanças e produção de clivagens e realinhamentos da sociedade brasileira (Idem, p. 6). Cabe salientar, em um esforço ilustrativo, que “de um lado, a entrada de políticos vindos das classes baixas age no sentido da popularização do campo político, de outro, do ponto de vista individual, significa *aburguesamento* dos que conseguem ascender politicamente.” (Idem, p. 144).

3.4 - Considerações sobre a construção de carreiras políticas: gênero e raça

As clivagens de gênero e raça justapõem-se ao eixo político-ideológico na síntese de referências eficientes para apreciação da estrutura de oportunidades na construção de carreiras políticas. Encontraremos correspondências claras entre as variáveis propostas que sustentam percepções desse trabalho, sem que, no entanto, sejam estanques e peremptórias. As tendências e padrões se contradizem com frequência, mas não invalidam o argumento proposto.

Dito isso, é importante expor as limitações que a variável raça traz no nosso formato de discussão. A literatura que versa sobre as assimetrias de gênero na composição da esfera pública formal e informal – acarretando grande sub-representação – são vastas e suficientes na sustentação do nosso objetivo. Em contrapartida, as referências no estudo da desigualdade racial na política brasileira mantêm-se alijadas da agenda acadêmica, incidindo, por óbvio, na área de carreiras políticas. Essas constatações apontam para um desnível de informações e análises na proposta desse trabalho, sendo que nessa seção trataremos as desigualdades raciais como processo semelhante ao de gênero no alijamento e sub-representação da esfera pública formal. Contamos, no entanto, com os levantamentos de Campos e Machado (2014), que, através de dados consistentes, descortinam a sub-representação racial nas casas legislativas no Brasil e subscrevem a elaboração das teses apresentadas do alijamento dos sujeitos negros na política institucional brasileira. Na seção seguinte, a partir da análise empírica de dados sobre

o sistema brasileiro teremos maiores condições de balizar a raça como variável particular. Apontamos, no entanto, para a premência de uma agenda que se debruce sobre as tensões raciais na dinâmica de carreiras políticas.

Cabe ressaltar que não atribuímos aos partidos políticos o epicentro da causa do alheamento de mulheres e negros da política brasileira. Não recorrendo a respostas monocausais, atribuíamos a eles função de instrumento de incorporação, reprodução e transferência das desigualdades estruturas da social patriarcal e racista para o plano da representação política, mercedores, portanto, de intervenção. Como largamente expomos fatores políticos da sub-representação feminina, nos alinhamos a Campos e Machado (2014) na busca de respostas políticas e sociais mais sólidas para a sub-representação da população negra.

A análise das clivagens devem levar em conta diversos aspectos no seu empreendimento não se detendo ao argumento insular do preconceito impregnado na vastidão de relações sociais e especialmente no machismo na política. Como aponta Araújo e Alves (2007), além das variáveis políticas como o sistema eleitoral e partidário, variáveis econômicas e sociodemográficas devem compor uma perspectiva multicausal. A análise dos autores aponta para um conjunto de variáveis, como “educação”, “tempo para construir uma carreira” e “casamento”, que corroboram a assimetrias de trajetórias e as rotas distintas, em tempos de inserção e formato, percorridas por homens e mulheres. O exame da pesquisa mostra que mulheres que logram a construção de carreiras políticas são mais escolarizadas que os homens e demandam mais tempo para construir sua carreira. Além disso, há uma diferença entre o número de homens e mulheres casados, denotando mais empecilhos para as mulheres devido a conflitos familiares.

Outra constatação da pesquisa de Araújo e Eustáquio (2007) e que constitui nossos pressupostos de trabalho, é a refutação parcial do repertório analítico de consensos estabelecidos que procuram explicar a sub-representação de mulheres na política. O caso brasileiro parece dissolver, por exemplo, relações causais estabelecidas pela literatura como a maior fluidez e porosidade do sistema eleitoral a entradas das mulheres em eleições proporcionais. Para eles, outro conjunto de elementos melhor ampara a análise proposta, como o tamanho dos municípios, o Índice de Desenvolvimento Econômico (IDH) e outros elementos analíticos socioeconômicos (ARAÚJO e ALVES, 2007).

Tendo esse conjunto de pressupostos em mentes, a retomada de Norris (1997) sublinha que os filtros seletivos de gênero para o recrutamento político se distribuem em diferentes

níveis. Na formulação esquemática da autora, centrada na realidade partidária, há o regulamento interno do partido, a ideologia partidária e filtros extra-partidos que coordenam a estrutura de oportunidades. Assim, reside no último aspecto a maior refração à participação das mulheres, justamente por concentrar a necessidade de consistência na ambição política, desidratada socialmente no caso destas (NORRIS, 1997).

Com a conseqüente rarefeita participação das mulheres na política, tomamos a assertiva de que a desigual distribuição das posições de poder articula distribuição desigual de instrumentos de representação da vida social – dimensão do capital político. Em uma sociedade machista e com o campo político impregnado de valoração legitimada como masculina, as mulheres – especialmente as pobres não-brancas – encontram-se desprovidas de ferramentas fundamentais de acesso às esferas formais de decisão através de carreiras políticas.

O encaixe de alguns levantamentos sobre os perfis de carreira completam o panorama nessa seção, delineando a apreciação das trajetórias e composição social da bancada feminina na Câmara dos Deputados. Desse modo, o campo político apresenta clara hierarquização centrada na clivagem de gênero, engendrando assimetrias de constituição de capital político. Tanto na entrada quanto no estabelecimento das mulheres no campo há sólidos impeditivos nas oportunidades de construção de carreira. Desde ocupação prévia ao cargo até instrumentos de arregimentação de recursos no acúmulo dos diversos capitais do repertório “cuja conversão é relevante para se subir mais degraus na hierarquia do campo, como principalmente o capital do campo econômico.” (MARQUES, 2012, p.33).

Assim, as trajetórias das mulheres na Câmara não fogem as orientações gerais de hierarquização e assimetria da sociedade patriarcal – que proporciona rarefação de mulheres na ocupação de cargos públicos - nos quais os comportamentos, preferências e trabalho parlamentar sofrem incidência das representações sociais do “feminino” e do “papel das mulheres” e produzem divisões sexuais da atividade parlamentar. Os levantamentos de Pinheiro (2007) apontam para atuações centradas em causas de grupos marginalizados, ou relacionados à violência doméstica e/ou direitos reprodutivos e sexuais; trajetórias oriundas especialmente de movimentos sociais e capital político familiar – grande parte de seus cônjuges – e composição concentrada em políticas profissionais, professoras e empresárias – ordenadas por alinhamento ideológico, concentradas nos partidos de esquerda e centro (PINHEIRO, 2007).

Apesar de poucas referências que balizam o componente racial na elaboração de radiografias políticas no Brasil, essa clivagem é fundamental na compreensão das desigualdades estruturais transplantadas para o sistema de representação política. O crescimento da importância reside justamente pelo cenário de reduzida produção acadêmica destinada ao problema racial e o pouco espaço que o mesmo ocupa na agenda pública de debates. Em um panorama legislativo caracterizado pela predominância absoluta branca (JOHNSON III, 1998), Campos e Machado (2014) se debruçam sobre a constituição dos filtros seletivos que distanciam os não-brancos dos espaços institucionais da política brasileira. A partir daí são elencadas e organizadas variáveis possíveis de causa do distanciamento e rarefação do componente negro na política brasileira, podendo ser desencadeados por arranjos e tipos de recrutamento partidário; assimetrias entre candidatos brancos e negros no capital educacional e político; desigualdades na distribuição dos recursos partidários e eleitorais; ou por preferências eleitorais próprias dos eleitores (CAMPOS e MACHADO, 2014).

Pelo escopo do estudo, suas fronteiras são limitadas, mas valiosas em incursionar e produzir resultados em um campo quase inexplorado. Assim, as variáveis acima enumeradas foram testadas mediante metodologia analítica composta por dados das eleições de vereadores de 2012 nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, cruzadas com bases de dados referentes aos percentuais de heteroclassificação e candidaturas de pretos e pardos – terminologias oficiais mobilizadas no trabalho - na eleição em questão. A partir da análise, os autores elaboraram um quadro de importância causal da marginalidade política de negras(os) (CAMPOS e MACHADO, 2014).

A investigação dos possíveis componentes causais encontrou, através do enfoque que relaciona recursos simbólicos valiosos para eleição – instrução e patrimônio – irregularidades na comparação entre negros e brancos no capital educacional, somados ao desnivelamento insignificante na camada de sem patrimônios e patrimônios médias e grande desnível quando se trata de patrimônios altos e muito altos (CAMPOS e MACHADO, 2014, p. 7). Considerado essa amostra inconclusiva, o enfoque direcionou a análise para os recursos partidários – financiamento e voto. Nesse plano reside fatores de maior importância pois, ao mesmo tempo que negros necessitam de maiores recursos provenientes dos partidos, estes são destinados em maior quantidade para brancos com alta instrução (CAMPOS e MACHADO, 2014, p. 9).

Como desdobramento, a desigualdade mais significativa, que alça a clivagem racial ao mesmo patamar do observados para gênero, é a distribuição dos votos por faixa de votação. Na faixa de votação mais alta, que requer um substrato de votos que indica que é uma candidatura competitiva, os brancos são maioria absoluta. Nessa faixa, o 10º decil, a qual se localiza quase todos os eleitos, os dados indicam que no Rio de Janeiro apenas 17% eram não brancos e em São Paulo, 19,5% (CAMPOS; MACHADO, 2014, p. 17). Como sublinhou os autores, “é aqui que as desigualdades de oportunidades políticas entre brancos e não-brancos se torna maior. Ser não-branco dificulta sobremaneira o acesso aos estratos mais competitivos das eleições, mesmo quando levamos em conta outras variáveis” (CAMPOS; MACHADO, 2014, p. 20).

O imbricamento de causas sociológicas – que revestem nossa sociabilidade, inclusive a política, de caráter discriminatório racial – com causas políticas, apontadas no estudo, provenientes dos espaços de competitividade eleitoral estarem vedados ao acesso de negros, compõe um cenário plausível de alheamento político. Munidos dessa perspectiva, poderemos caucionar com maior precisão os objetivos centrais dessa análise, lidando com as assimetrias informacionais das clivagens de gênero e raça.

Capítulo 4 – Agenda partidária e inclusão política

4.1 – Metodologia

4.1.1 - Visão geral

Para efeitos metodológicos mobilizaremos a segmentação política-ideológica já exposta na seção 2.3. Abrigados na taxonomia proposta, centro, direita e esquerda, a escolha das legendas partidárias a serem analisadas se orientou pelo número de cadeiras ocupadas na Câmara de Deputados do Brasil na legislatura eleita em 2010. A escolha de foco na câmara baixa em um sistema bicameral atendeu a estratégia metodológica, através da compreensão da maior relevância da unidade escolhida para a dinâmica política do país.

O sistema multipartidário brasileiro possibilita que a escala ideológica esquerda/direita seja uma lente fundamental quando se debruça sobre qualquer estudo sobre os partidos políticos. No entanto, a demarcação das fronteiras dentro do sistema partidário brasileiro, vulnerável à dinâmica política do nosso presidencialismo de coalizão e do amplo mosaico de alianças nacionais e locais que se sobrepõe – sistemas subnacionais –, se torna uma tarefa difícil. A sustentação pra escala metodológica se orienta pela mesma lógica dos trabalhos de Santos e Serna (2007), das quais as atribuições polissêmicas das terminologias históricas – datadas do contexto político revolucionário europeu e reconfigurada historicamente – encontram duas dimensões: *espacial-situacional*, que situa atores dentro de um sistema político de acordo com as circunstâncias históricas, e com o lastro constitutivo da atuação em um determinado ciclo político. Um exemplo ilustrativo é do PSDB, abaixo citado, que, fundado sobre os gérmenes da luta pela abertura política, pavimentou uma trajetória à esquerda em um ciclo da história política brasileira, tendo então, se deslocado na escala ideológica; e de *ordem ideológica*, que se ergue sobre os conceitos políticos mais convencionais de atores que se identificam com um conjunto de doutrinas e valores, podendo ser divididos, segundo Santo e Serna (2007), em favoráveis ao igualitarismo e à mudança social (socialistas, comunistas, social-democratas, etc.) e os tributários da liberdade individual e da ordem social (liberais, conservadores, etc.).

A escolha das legendas analisadas também pondera a auto-determinação partidária, que constitui a forma como o próprio partido se percebe no quadro partidário. A auto-determinação e o número de cadeiras ocupadas na Câmara sustenta a ausência de um grande partido brasileiro, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), na análise. A recém-fundada legenda do PSD, já nascida com grande bancada na Câmara dos Deputados, apesar de apresentar quadros e bandeiras da direita brasileira se percebe como um partido de centro – assim como o PSDB – portanto assim será inserida.

Sobre esse terreno, das cadeiras ocupadas na legislatura eleita em 2010, da fundamentação da escala ideológica proposta e da auto-determinação partidária, elegemos duas legendas partidárias para cada segmento centro/esquerda/direita de acordo com o tamanho das bancadas¹⁴:

- *Partidos de centro*: Partido Social Democrático (PSD) e Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).
- *Partidos de esquerda*: Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido Socialista Brasileiro (PSB).
- *Partidos de direita*: Partido Progressista (PP) e Democratas (DEM).

Elencados e fundamentados os objetos da análise, delimitaremos os aspectos das legendas partidárias a serem investigados na consecução dos objetivos do trabalho. A incursão se iniciará através de breve reconstrução histórica das raízes constitutivas dos partidos elencados, elaborando linhas gerais da localização no ambiente partidário brasileiro. Cabe sublinhar que, a respeito de algumas legendas, não há estudos suficientes que referenciam a análise de forma adequada. A elaboração da reconstrução histórica do Partido Progressista (PP) e do Partido Social Democrático (PSD), esbarra em rarefação de material mais sólido para se manejar.

A proposição será a análise das estruturas de oportunidades que os partidos fornecem para construção de carreira política e acesso a postos públicos a mulheres e negras/os. O que para nós constitui a estrutura de oportunidades são *os recursos organizacionais, políticos e programáticos que o partido fornece ou não para contemplar e consolidar a inclusão política de mulheres e negras/os* em nível nacional, sendo que eventuais casos de recursos relevantes a

¹⁴ O bloco constituído pelo Partido Progressista (PP) e Partido Republicano da Ordem Social (PROS) é apresentado como terceira maior bancada da Câmara dos Deputados do Brasil. No entanto, consideraremos apenas os partidos como unidade isolada de análise, desconsiderando os ajuntamentos permitidos pelas normativas regimentais da Câmara dos Deputados.

plano local serão sublinhados. Dessa forma, elegemos três aspectos que expressam os recursos que compõe a estrutura de oportunidade: *existência de espaços formais de organização* como setoriais ou pastas específicas que contemplem os objetivos de visibilidade e inclusão de setores representados por identidades socialmente excluídas; *espaços de formação política, auto-organizados*, como reuniões, seminários e congressos específicos; e *cargos de direção nacional executiva ocupados*. A última variável esbarra na variabilidade dos arranjos de direção executiva que cada partido desenvolve. Para efeitos comparativos não existe uma estrutura com dinâmica organizacional similar entre os partidos com correspondências que facilitam a análise. Portanto, foi necessária flexibilidade de identificar os órgãos que cumprem a função de preconização de executivo nacional e trataremos de discriminar os arranjos de cada partido no momento da análise.

As variáveis serão organizadas com intuito de identificar padrões na escala ideológica e será apresentada uma proposta gradativa entre arranjos organizacionais contemplativos ou não de políticas de inclusão destina a mulheres e negras/os. Para tal, nos apoiaremos na proposta teórica de Lovenduski (1997) associada com a de Norris (1997), em um esquema semelhante ao método cruzado adotado por Araújo (2005). Essa proposta se concentra na reflexão da problemática de gênero, no entanto, pela escassez no campo de estudos anteriormente salientada, expandiremos o modelo para a avaliação da clivagem racial apoiada na análise de Campos e Machado (2014).

Apesar das possibilidades múltiplas de modelos na construção de uma proposta acadêmica, um trabalho dessa natureza e dimensão esbarra em uma série de limitações de tempo e recursos. Priorizaremos a coleta de dados das estruturas formais das legendas partidárias, em nível nacional, localizadas em sítios oficiais na *internet*, considerando que as informações apresentadas são suficientes e autênticas. No entanto, apontamos para uma agenda de estudos mais ampla e com mais recursos a ser realizada sobre a dinâmica interna dos partidos políticos e os dispositivos mobilizados, ou não, na inclusão de identidades subalternizadas socialmente. Neste trabalho tratamos das clivagens de gênero e raça, sendo que há um vasto campo de investigação da representação política e sexualidade, etnia e outras clivagens.

Toda proposta supracitada está fundada no arcabouço teórico que examina as desigualdades estruturais da representação política através das lentes que postulam a pertinência da política de presença, sustentados pelo conceito de campo e capital de Bourdieu (2007) e das ferramentas que os estudos de partidos e carreiras políticas proporcionam.

4.1.2 - Variáveis e padrões de análise

O modelo teórico de Lovenduski (1997) e a expansão e incremento de Norris (1997), seguidas por Araújo (2005), fornecerão os parâmetros de análise na investigação empenhada. Como supracitado, estabeleceremos, a partir do esquema terminológico da autora, um quadro organizado objetivando identificar padrões na escala ideológica. Os padrões correspondem aos arranjos organizacionais contemplativos ou não de políticas de inclusão destinadas a mulheres e negros/os na direita, esquerda e no centro partidário. Para incursionarmos nos parâmetros instrumentais aplicados em seguida, reconstituiremos o percurso teórico que culminam no esquema que utilizaremos.

Lovenduski (1997) intenciona amparar teoricamente a instituição de regras explícitas de inclusão de mulheres nas fileiras partidárias mediante a situação de alheamento político e consequente rarefação dentro da vida política. Para tanto, parte da análise e elaboração de um panorama das nuances de configurações da agenda feminista aplicada à militância partidária. Fundamenta-a com um breve trajeto da formulação e atuação das mulheres nos partidos políticos, colocando a dimensão da presença como condição central na consideração de perspectivas na tomada de decisão dentro do comando das siglas.

A mobilização observada de dispositivos de inclusão organizativa e política na estrutura partidária têm como pano de fundo o debate, estendido aos movimentos feministas, da representação de grupos. Como extensamente debatido aqui, as demandas e agendas de grupos deveriam ser articuladas diretamente pelos mesmos incluídos em áreas de decisão ou levar em consideração seus interesses no processo decisório seria suficiente? Já argumentamos que a predominância do primeiro modelo de representação – colocadas todas as ponderações que o limitam – é o mais adequado como prescrição da pluralização dos sujeitos políticos que compõe as elites que governam. Apesar da contenda, o debate crescente e o progressivo incremento eleitoral das mulheres trataram de pressionar os partidos a construir estratégias de atração do voto das mulheres, de recrutamento militante, de inclusão das mulheres em cargos de direção partidária e as proporem como candidatas. Os processos de inclusão forçaram a ampliação dos programas partidários, antes indiferente às agendas de gênero, contemplando reivindicações de igualdade de oportunidades e direitos sexuais e reprodutivos, “assim como para revisar as tradicionais posições dos partidos em políticas de

família trazendo consigo uma nova compreensão do gênero e do poder”¹⁵ (LOVENDUSKI, 1997, p. 116).

A evolução das demandas das mulheres na vida partidária é tratada através de três dimensões que conduzem o texto, sendo como as mulheres levaram a cabo suas demandas; como se deu a intervenção na política de partidos; e as mudanças e adaptações dos partidos e das mulheres no empreendimento de alargamento dos direitos políticos. (LOVENDUSKI, 1997, p. 117). Com esse esquema são elencadas as quatro estratégias identificadas, a partir da incidência da agenda feminista e da atuação intra-partido, de inserção das mulheres nos imperativos da política partidária. Primeiramente, a incorporação do problema das mulheres na agenda pública e, conseqüentemente, no seio dos partidos políticos. Em segundo lugar, o esforço na transformação do gênero em temáticas universais e que se espalhem no cotidiano político das instituições. Como estratégia terceira, o trabalho em dois *fronts*, no circuito de mulheres e nos circuitos mais amplos da vida partidária hegemônicos por homens. Por fim a diligência com as regras do jogo e mudança por dentro, buscando equilibrar a luta pela transformação das relações de gênero e o compromisso partidário (LOVENDUSKI, 1997, p.117).

A pouca “infiltração feminista” na agenda partidária se constituiu, dessa forma, através consciência das relações de gênero como relações de poder. Na esteira desse processo de adaptação, mudança e incorporação, os dilemas feministas submergiram com força, fracionando os recursos e contingente do movimento e o tornando menos eficaz. Animadas pelo questionamento central da segunda onda feminista, seria possível mudar as instituições sem que estas mudassem as mulheres antes? As respostas foram diversas e, enquanto alguns setores se empenharam em pressionar o sistema externamente através de organizações autônomas e negação da estrutura partidária, outras engrossaram as fileiras da política de partido, tentando construir mudanças institucionais por dentro (LOVENDUSKI, 1997, p. 119).

A partir desse percurso Lovenduski (1997) identificou a mudança em nível programático e os três componentes estratégicos em nível organizativo. Elas constituem parâmetros na avaliação da adoção de medidas por partidos políticos que atendam reivindicações das mulheres. As mudanças em nível programático referem-se às anteriormente apresentadas aqui, tratando da sensibilidade, debate e incorporação ou não das demandas e bandeiras feministas – desde a igualdade de oportunidades em matéria de trabalho

¹⁵ Tradução própria

até direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. As mudanças em nível organizativo interseccionam-se com Norris (1997), que alargou as bases do esquema tipológico, incrementando-o e o aprofundando em escopo e definição. Os resultados do modelo são:

1. *estratégias de retórica*: traduzem-se, no plano partidário, no incremento e incorporação das agendas das mulheres e, no nosso caso, das negras(os) – com estéticas diversas a depender do perfil ideológico do partido – em plataformas de campanha e discursos oficiais e firmar acordos, ao mesmo tempo que não há a implementação de medidas concretas de inclusão. As mulheres podem ser destacadas para apresentar candidaturas e ocupar cargos, a depender do espaço que ocuparam no partido e o compromisso das lideranças. No entanto, o espaço conquistado, não-institucionalizado, mas produto do capital político de lideranças individuais, pode ser visto como concessão e não fruto de trabalho e bases eleitorais e partidárias próprias (NORRIS, 1997 *apud* ARAÚJO, 2005).

2. *estratégias de ação afirmativa* (Lovenduski) ou de *igualdade de oportunidades* (Norris): em linhas gerais, iniciativas partidárias que visam equalizar as oportunidades de construção de carreira política entre mulheres e homens, além de estender as mesmas condições às(aos) negras(os). Seu escopo extrapola acordos formais firmados e incorporação discursiva e em plataformas de campanha eleitoral. Baseia-se em compromissos como seminários, conferências e convenções, além de treinamentos, programas financeiros de amparo e em redes institucionais de apoio – este que não observaremos no caso do Brasil – para o exercício pleno das atividades partidárias, como creche no caso das mulheres. A cada partido que enquadraremos com essa estratégia preponderante destacaremos o repertório específico que lançam mão, não sendo provável a adoção de todas as ferramentas enumeradas.

3. *estratégias de discriminação positiva*: caracterizada pela intervenção direta em benefício das mulheres e negras(os) por um período de tempo. Inscreve-se nessas estratégias principalmente o sistema de cotas para cargos de direção partidária e representação política do partido, além da possibilidade de treinamentos específicos. No caso do Brasil a legislação nº 9.504/97, modificada em 2009, prevê a obrigatoriedade das cotas de gênero de 30% na lista dos partidos e das coligações, além de reservar 10% do tempo de propagando eleitoral a candidatura de mulheres e 5% do fundo partidário à inclusão política das mulheres (TSE, 2011). No entanto, os partidos alegam dificuldades e, por vezes, encontram canais para

contornar a legislação. Examinaremos, desse modo, se há ou não incrementos nas cotas para representação política e, como supracitado, cotas para cargos de direção partidária.

Divergindo de Araújo (2005), apoiaremos nossa análise relacionando as tipologias de estratégias aplicadas à orientação ideológica dos partidos. A autora aponta que, em casos como o brasileiro, a adoção de medidas como as cotas está condicionada ao sistema eleitoral. No entanto, sustentamos que é possível decodificar um padrão de estratégias adotadas na inclusão de mulheres e negras(os) nas agendas partidárias através de sua matriz ideológica. Assim “os partidos mais conservadores tenderiam a assumir, principalmente, as chamadas ‘estratégias de retórica’; os de centro, as ‘estratégias de ação positiva’, e os de esquerda são os que mais assumem as ‘estratégias de discriminação positiva’” (LOVENDUSKI, 1996 *apud* ARAÚJO, 2005).

Apesar de adequada aplicabilidade, vale ressaltar que as estratégias de Lovenduski (1997) e Norris (1997) não são estanques e exclusivas entre si. Especialmente em grandes democracias concorrenciais recentes, o modelo não deve ser incorporado de forma rígida e estática, sendo que poderemos observar iniciativas partidárias que mesclam repertórios das estratégias apresentadas. Enquadrar os partidos, dessa maneira, requer a flexibilidade de não exigir o preenchimento completo dos requisitos que as tipologias estratégicas preconizam. Além disso, como apontado por Araújo (2005) a hierarquização rígida das estratégias como modelo de leitura – da retórica à intervenção – em contextos de desenhos institucionais menos consolidados, como no Brasil, pode ser pouco eloquente ao nos dizer sobre o grau de compromisso dos partidos. Se não observadas a absorção das reivindicações feministas; o nível de participação e organização das mulheres na política dos partidos; a orientação ideológica e biografia política; o quadro partidário mais amplo em suas particularidades; a engenharia político-institucional do contexto analisado; e a eficácia da adoção de uma estratégia em detrimento de outra, faríamos uma transposição mecânica e imprópria. Isso porque, como veremos – aprofundando em casos como do Partido dos Trabalhadores, que adota cotas internas de direção – “no atual sistema de votação, a adoção de cotas não tem implicado alteração no recrutamento, no perfil tradicional de elegíveis e tampouco em investimentos nas candidaturas femininas.” (ARAÚJO, 2005).

Com as devidas ponderações alinhadas, partiremos para a análise das estruturas organizacionais dos partidos elencados, organizados em direita, centro e esquerda. Destacamos uma vez mais que almejamos identificar possíveis padrões de correspondência

entre a escala ideológica e a tipologia que compõe os padrões na estrutura de oportunidades para minorias raciais e de gêneros dentro dos partidos.

4.2 - Padrões na estrutura de oportunidade ao centro: PMDB e PSD

4.2.1 - Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)

Histórico e atuação

A genealogia do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) remonta a formação do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), bloco de oposição à ditadura civil-militar do Brasil (1964-1985), única agremiação política formal com permissão pra atuação na frágil esfera da legalidade construída pelo governo ditatorial. O básico da ossatura institucional do setor legalizado de oposição fora transmitida ao novo partido político, incluindo a sua linha política moderada balizada pelo abrigo a vários matizes políticos. Ansaldi (1996), identificou três setores que se movimentavam e atritavam na oposição à ditadura, que desembocou na formação do PMDB e posterior fragmentação: um setor que conclamava unidade e continuação de uma frente ampla abrigada sobre a sigla; conservadores com interlocução e agrado da ditadura que propunham governos civis conservadores; setores trabalhadores engajados em agendas de classe (ANSALDI,1996, 188 *apud* MENDOZA e OLIVEIRA, 2003, p. 148).

A transição histórica que culminou na abertura política¹⁶ e construção de um quadro político multipartidário no começo da década de 80 se deu através de um pacto conservador, com uma saída política negociada e dirigida por setores da elite do governo ditatorial e outros setores civis. Nesse panorama, o PMDB erigiu como força política fundamental no sistema partidário brasileiro, encabeçando a chapa do primeiro governo civil em vinte anos de história política. Tancredo Neves faleceu antes de assumir a presidência da República, cargo para o qual foi eleito indiretamente pelo Congresso Nacional, alçando a presidente o vice da chapa, José Sarney. Com o falecimento veio a mudança de um conciliador mais amplo para um

¹⁶ O processo de abertura política e transição no Brasil encontra uma miríade de leituras e abordagens identificando os momentos e atores decisivos e os seus significados políticos. Este não é nosso foco, portanto não nos aprofundaremos na discussão.

quadro recém-egresso da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), legenda que articulava a atuação política do governo ditatorial.

A distensão política que caracterizava o governo Sarney somada à situação econômica do país e à dependência do partido a reboque de lideranças históricas desgastadas, criou um ambiente de enfraquecimento social e desidratação política das fileiras do PMDB, sem perder, no entanto, sua competitividade eleitoral. A primeira eleição direta para o executivo nacional deu pistas da rota de declínio, na qual os números apontaram 4,43% dos votos para Ulysses Guimarães, candidato do PMDB e ex-presidente da Câmara dos Deputados. O descenso fora sacramentado com a derrota para o mesmo cargo de Orestes Quércia em 1994, com pontuação percentual semelhante ao anterior e a diminuição das cadeiras as eleições legislativas. Combinado a esse cenário o partido sofria pelas contendas internas que geraram fissuras e rupturas, criando, no seio desse desmonte, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e outros ajuntamentos políticos (MENDOZA e OLIVEIRA, 2003).

A despeito dos movimentos de fragilidade e fortalecimento da capilaridade eleitoral do PMDB, a agremiação operou e opera como componente decisivo nas disputas eleitorais, consolidando-se como um grande bloco de centro. Construiu uma poderosa máquina partidária, proveniente do enraizamento adquirido desde os tempos de outorga da ditadura a um espaço de oposição legal, da qual se originou, que lhe permite atuar como “fiel da balança” na governabilidade brasileira no período predicado como “Nova República”, pós-1985.

Essa atuação do partido, como sublinhado na seção 2, constitui-se como uma das engrenagens de funcionamento da engenharia política-institucional brasileira, o que Nobre (2010) chamou de *pemedebismo*. O PMDB, sendo grande máquina partidária, é peça central na dinâmica de governabilidade dentro do presidencialismo de coalizão, no qual seria importante a costura de um amplo arco de alianças com atores diversos para a formação de maiorias legislativas. A lógica da engenharia política brasileira, que permite a existência de sistema subnacionais de atuação descoordenados com a atuação nacional de partidos e coligações é caudatária da orientação de grande bloco de adesão que se constitui o PMDB. De acordo com os interesses firmados nacional ou localmente, compõe bases de apoio eleitoral e palanques sem a necessidade de congruência com as siglas as quais se junta sem, portanto, compor alianças programáticas.

Atualmente o PMDB compõe a base do governo no plano nacional e nos estados, sendo cabeça da chapa ou não, costura seus acordos com pactos diferenciados baseados nos

códigos de intercâmbio político próprios de cada unidade da federação. Em consórcio com o PT, opera um sistema rotativo, em constante crise e negociação, da ocupação da presidência das casas legislativas, Câmara dos Deputados e Senado, além de ocupar a Vice-Presidência da República e comandar diversas pastas ministeriais. No governo de Dilma Rousseff, o PMDB protagoniza crises frequentes dentro do condomínio de governabilidade federal, negociando moedas de troca de apoio e ocupação de espaço no Estado.

Estrutura organizacional

O exame das entranhas organizacionais do partido nos permite localizar as estruturas de oportunidades partidárias de acordo com as *estratégias de ação afirmativa* ou de *igualdade de oportunidades*, com as devidas ressalvas e limitações descritas. O PMDB possui espaços formais de organização, como pastas e setoriais dentro do partido, tanto que contemplem demandas de gênero como as que contemplem demandas de raça. No entanto, no que consiste à clivagem racial, foram observados espaços de formação política auto-organizados, como convenções e seminários, mais recentes e intermitentes, considerados pouco consistentes.

Às mulheres cabe o espaço de organização do “PMDB Mulher”, célula autônoma denominada “núcleo”, com sítio próprio na internet, que organiza as notícias referente à organização das mulheres e comunica ações. A investigação identificou espaços formais de auto-organização e formação política como “Convenção Nacional do PMDB Mulher” e convenções estaduais de mulheres realizadas com regularidade e que retiram documentos políticos e resoluções dos seus encontros e discussões, além de seminários de preparação e treinamento para plataformas eleitorais.

O PMDB destina o núcleo “PMDB Afro”, similar ao homólogo de gênero, como espaço formal da coordenação de negras(os) no partido. O núcleo também possui sítio próprio na internet com o mesmo propósito de organizar notícias de organizações esparsas pelo território nacional e comunicar ações. Identificamos a organização recente da primeira “Convenção Nacional do PMDB Afro”, que consolidou a efetivação do núcleo, além de seminários de preparação política esparramados pelo território nacional.

Pinçando cada cadeira que compões a direção executiva do partido há apenas uma mulher ocupando posto diretivo, sem constar não-brancos. A deputada Irís de Araújo (Dona Irís) de Goiás, ocupa a 2ª Vice-Presidência da Comissão Executiva Nacional. O espaço formal de direção executiva, dominado por homens brancos com capital político reconhecido em seus

respectivos redutos eleitorais, é restrito à nove cargos diretivos, um círculo pequeno se comparado a outras siglas analisadas.

Em síntese, o PMDB preenche os requisitos de espaços formais de organização e atuação própria com seus núcleos específicos; espaços de formação política mais consolidados em relação a gênero e recentes e pouco consistentes em relação a raça; direção executiva nacional pouco diversa mas com a presença de uma mulher. Não foram identificados, investigando os anais da formalidade do programa partidário e as notícias dos sítios virtuais, programas orçamentários nem redes de apoios institucionais que dariam suporte a atividade política de mulheres e negros. Podemos avaliar, dessa forma e com a observação apurada do conteúdo das iniciativas, que o partido empenna estratégias de ação afirmativa irregulares e esparsas no espaço e no tempo, bastante centradas na visibilidade das demandas e representação dos eleitorados de mulheres e negros, com a percepção de que as carreiras de mulheres dependem de papel de liderança partidária e capital político prévio, independente de recursos partidários, além da ausência de compromissos mais sólidos de inclusão dos negros.

4.2.2 - Partido Social Democrático (PSD)

Histórico e atuação

O Partido Social Democrático (PSD) é uma sigla recente, datada de 2011, e composta por um elenco de quadros e forças políticas dissidentes – articuladas e encabeçadas pelo ex-prefeito de São Paulo Gilberto Kassab, o atual ministro da Secretaria da Micro e Pequena Empresa, Afif Domingues e pela senadora e presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Kátia Abreu¹⁷ - especialmente do Democratas (DEM), mas composta também por cisões do PP e do PSDB.

A desvinculação desse bloco e a formação de uma nova força política partidária significaram, além da institucionalização de uma sigla que resguarda interesses de grupos e fornece amparo organizacional para projetos pessoais de ascensão carreirista, o declínio da força histórica do DEM, bloco que congrega uma fração de setores da direita, derivado do antigo Partido da Frente Liberal (PFL).

¹⁷ Atualmente a senadora já se desvinculou do PSD e abrigou-se no PMDB

O PSD afirma-se um partido de centro político, apesar de rejeitar discursivamente as categorias que referenciam o espectro ideológico, postura comum no sistema partidário brasileiro. No entanto, empunha bandeiras historicamente associadas à direita, sacramentadas em seu programa partidário, como autorregulação dos mercados, desregulamentação econômica, defesa da propriedade privada, desoneração fiscal trabalhista e redução de impostos.

O partido inaugurou suas atividades nas eleições de 2012, confirmando que o bloco deslocado das outras siglas que o constituía era a quarta força eleitoral do país. Atualmente compõe a base do governo e tem perfil de atuação semelhante ao PMDB: partido de adesão, com a construção de compromissos desvinculados de alianças programáticas e orientadas a negociações de interesse descoordenadas no plano local e nacional.

Estrutura Organizacional

Apesar de alocado no centro do perfil ideológico, o PSD não segue o padrão analítico que pretendemos. Situa-se na adoção de *estratégias retóricas*, incorporando agendas de inclusão das mulheres e negros no plano discursivo e nas plataformas eleitorais sem, no entanto, empreender maiores esforços de intervenções no alargamento das bases sociais das fileiras partidárias e das candidaturas. No caso específico do PSD é apropriado o parêntese da biografia recente do partido, operando como organização há apenas dois anos, portanto, podendo ser considerado tempo insuficiente de aplicar medidas mais sólidas que contemplem as inclusões prescritas.

O panorama organizacional atesta a localização retórica da estratégia do partido. Apesar de referências e notícias destacadas da existência e oficialização de espaços formais de organizações locais e nacionais de mulheres, o “PSD Mulher”, não há sítios virtuais autônomos, documentação, nem menção a espaços de formação política. A situação da clivagem racial não foge do quadro acima: há registro de intenções de construção de setoriais regionais que darão visibilidade a inclusão política dos negros, mas nenhuma formalização de espaços de organização e formação. A Executiva Nacional – composta por doze cargos diretivos – órgão de direção do PSD, não possui mulheres nem negros, sendo completamente dominado por homens, brancos, em sua maioria com vida pública consolidada mesmo sem ocupar cargos públicos eletivos, com capital político robusto.

O que localiza o PSD no plano das estratégias retóricas é justamente o esboço de intenções na construção de ferramentas que contemplem as demandas inclusivas –

incorporação discursiva inclusive das estratégias raciais – a apresentação de candidaturas femininas e o reconhecimento da proeminência do capital de figuras femininas que fazem ou fizeram parte dos quadros do partido.

4.3 - Padrão na estrutura de oportunidade à direita: PP e DEM

4.3.1 - Partido Progressista (PP)

Histórico e atuação

Descortinar a genealogia do Partido Progressista (PP) é lidar com as reconfigurações políticas e entevros de um aglomerado de siglas ao longo da história política recente. Ao mesmo tempo, é inevitavelmente não resvalar na biografia política do deputado federal paulista Paulo Salim Maluf e concluir que a sigla é território dos interesses do edifício político “malufista”¹⁸ e do reagrupamento de forças conservadoras heterogêneas.

O reagrupamento dessas forças remete à desagregação do sustentáculo partidário da ditadura civil-militar, a Aliança Nacional Renovadora (ARENA). Com o desmantelamento da dinâmica bipartidária brasileira, em 1980 fora criado o Partido Democrático Cristão (PDS), carregando em seu seio o material genético, os quadros e o papel aglutinador da direita partidária da extinta ARENA. Base de apoio do governo ditatorial, o PDS sofreu fissuras e divisões na esteira da crise política provocada pelo período de distensão pré-abertura. No processo de eleição indireta para a sucessão do general João Figueiredo (1979-1985) o partido ruiu dando origem, a uma ruptura sacramentada com a escolha de Paulo Maluf para concorrer pela presidência indiretamente. De um lado, uma fração conservou a sigla dando suporte a Maluf, e do outro, despreendeu-se o grupo que formara o Partido da Frente Liberal e, que apoiaria a candidatura de Tancredo Neves do PMDB.

Com a vitória de Tancredo, o PDS foi automaticamente sugado para a oposição, perdendo espaço e cumprindo uma trajetória de declínio político. Em 1988, concorrendo pelo partido, Paulo Maluf perdeu as eleições para a Prefeitura de São Paulo para Luiza Erundina (então PT, hoje PSB), concorrendo em 1989 para a Presidência da República. Nesta eleição,

¹⁸ A terminologia malufista refere-se à tradição política associada aos interesses da órbita de Paulo Salim Maluf

ficaria em quinto lugar e apoiaria o então vencedor Fernando Collor de Melo no segundo turno, contra o PT de Lula. Dessa forma, apesar de perder o Governo de São Paulo em 1990, para Luiz Antônio Fleury Filho (PMDB), Maluf alça o PSD a Prefeitura em 1992. Esse itinerário político ilustra a envergadura pouco nacionalizada do partido até então.

Em 1993, com a articulação de novas alianças e reagrupamentos em torno especialmente das forças “malufistas”, o PSD se funde ao Partido Democrata Cristão (PDC) para formar o Partido Progressista Reformador (PPR). Em mais um processo de incorporação e fusão, o PPR juntou-se ao então Partido Progressista (PP) para formar mais uma sigla, o Partido Progressista Brasileiro (PPB), compondo a base de apoio do governo do PSDB de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002). Por fim, em 2003, já no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o PPB decide modificar sua nomenclatura para o atual Partido Progressista (PP).

Desde a emergência da sigla PP em 2003 – desde o primeiro governo do PT, portanto – o partido compõe a base aliada do governo nacionalmente. Ocupa uma posição de força intermediária no quadro partidário brasileiro, abrigando uma constelação de forças políticas heterogêneas, economicamente liberais, politicamente conservadoras e, algumas vezes reacionárias de extrema direita, conservando sua genética em torno da personalidade do deputado Paulo Maluf. Também cultiva um perfil adesista e descontinuado em suas linhas nacionais e locais, com pouca tendência a conduzir alianças programáticas mais consistentes.

Estrutura Organizacional

O Partido Progressista apresenta uma estrutura organizacional que enquadramos como adoção de *estratégias de ação afirmativa* ou de *igualdade de oportunidades*, restrita a variável de gênero. A longa biografia política do partido, mesmo que recortada pelas nuances de fusões e mudanças, favorece o estabelecimento de um repertório de medidas afirmativas que visariam representar o contingente eleitoral feminino e mitigar as assimetrias de condições para a construção de carreiras entre homens e mulheres. A ausência de referências de raça é justificada pela negligência do partido ao tratar da condição da negritude no Brasil.

São reservadas estruturas formais à organização das mulheres, a “Mulher Progressista”, uma setorial com espaço virtual próprio, com veiculação de notícias e ações relacionadas, documentos estatutários e órgão executivo autônomo. Consta também a realização de eventos nacionais, a “Convenção Nacional da Mulher Progressista” e de

seminários de formação política. As referências de raça são encontradas esparsamente pela rede, em iniciativas locais irrelevantes, situadas somente no plano discursivo. Não há, portanto, a formalização organizativa nem de formação política que contemplem a inclusão dos negros.

A Executiva Nacional do PP incorpora em seus quadros a presença de mulheres e negros. O órgão executivo é mais extenso que os anteriormente analisados, fracionado em Presidência, Secretariado e Tesouraria e subdividido em uma profusão de cargos. Conta com três mulheres e um negro em suas fileiras. No entanto, o padrão de predominância de homens, brancos e com capital político progresso persiste na estrutura do PP.

O Partido Progressista, por fim, apresenta um quadro mais consistente de estratégias de afirmação de gênero, com setorial autônoma e relativamente ativa, espaços de formação política e ocupação de cargos diretivos dentro do órgão executivo nacional. Em relação à referência de raça, no entanto, apesar de apresentar ocupação de cargo diretivo, não apresenta estrutura de organização e formação política. Assim como o PMDB, o exame institucional e a apreciação da qualidade das estratégias, permitem inferir que as iniciativas de afirmação do PP são irregulares e esparsas, centralizadas na visibilidade formal das demandas e atenção ao eleitorado feminino e negro e oportunidades de carreira ancoradas em capital político prévio e individualizado em detrimento de distribuição focalizada de recursos partidários.

4.3.2 – Democratas (DEM)

Histórico e atuação

A origem do partido Democratas (DEM) remonta ao mesmo entroncamento genealógico também embrião do Partido Progressista (PP). Refundação do antigo Partido da Frente Liberal (PFL), sua origem constitui uma saída política pela demanda de novos canais de representação para as elites, dos setores conservadores e da direita ideológica. Assim, do antigo PDS, partido de suporte à ditadura civil-militar que substituiu a ARENA em um novo contexto institucional de abertura partidária no fim da década de 70, surgiram os atuais PP e DEM. Como já descrito, por divergências na sucessão presidencial de João Figueiredo (1979 – 1985) nas eleições indiretas, os embates fragmentaram o PDS em dois grupos: a continuidade do partido e o Partido da Frente Liberal (PFL) (MENDOZA e OLIVEIRA, 2003).

Enquanto o PDS lançara candidatura própria, o grupo embrionário do PFL (a Frente Liberal) que contava com figuras proeminentes com capital político construído pela ditadura apoiou o candidato eleito do PMDB, Tancredo Neves, indicando o vice da chapa, José Sarney. Já como PFL, o partido avalizou o governo José Sarney (1986 – 1991), que assumiu após a morte antes da posse de Tancredo Neves. Como partido que ocupava a presidência e detinha uma forte base parlamentar, nascida com 79 deputados federais e 17 senadores, nas primeiras eleições presidenciais diretas, as de 1989, o PFL lançou o candidato Aureliano Chaves. (MENDOZA e OLIVEIRA, 2003, p. 197). Comportava-se, no entanto, como linha auxiliar e posterior suporte para a vitória de Fernando Collor de Melo.

Com a queda de Collor, o PFL permanecera como base do governo Itamar Franco (1992 – 1994). Durante os oito anos de governo Fernando Henrique, fora o principal partido aliado ao PSDB, compondo a chapa com a indicação do vice-presidente Marco Maciel. Nessa época já contava com um partido fortemente nacionalizado, tendo a região nordeste do Brasil como principal reduto eleitoral através da relação parasitária de tradicionais famílias – exemplo da Bahia, com a família de Antônio Carlos Magalhães (ACM), cujo domínio da política local ganhou o epíteto de *carlismo* – que dominavam a paisagem política historicamente, e formava uma confederação de forças políticas conservadoras e reacionárias.

No ocaso do governo de Cardoso, no entanto, rompera a longeva e frutífera relação com a base do governo após escândalos de corrupção envolvendo quadros de seu partido no estado do Maranhão, grande base eleitoral pefelista. A aliança com o PSDB seria reatada apenas nas eleições de 2006, dando suporte a candidatura oposicionista de Geraldo Alckmin, ex-governador de São Paulo, relação que perdura até hoje mesmo com desgastes e ameaças diversas de ruptura definitiva.

Com o expressivo declínio da força da agremiação de direita, sua cúpula decidiu, em 2007, pela refundação estético-política do partido, reconfigurando o nome e identidade visual da marca, dando origem ao atual Democratas (DEM). Mesmo que ainda como principal força da direita ideológica no sistema partidário brasileiro, o DEM acumula uma série de derrotas eleitorais, e, com sua desidratação, não soma uma fração da força política que fora outrora.

Podemos atribuir a fragilidade do DEM ao perfil de lideranças e quadros associados a antigas famílias políticas que tiveram seu poderio fragilizado e que obstaculiza a formação de novas lideranças. As poucas novas lideranças que conduzem hoje o partido são homens, brancos, e descendentes de longevas famílias políticas como Rodrigo Maia, filho do ex-prefeito do rio de Janeiro César Maia, e Antônio Carlos Magalhães Neto (ACM Neto), neto da

figura balizadora do *carlismo*. A incapacidade de renovação e o envelhecimento das lideranças históricas – vale citar como outro fator de desidratação a saída da tradicional família fundadora do PFL, os Bornhausen –, que sustentaram a força do partido, soma-se ao realinhamento eleitoral apontado por Singer (2010), que converteu as bases eleitorais pefelistas pauperizadas localizadas na região nordeste do Brasil, em suporte político ao Partido dos Trabalhadores.

Estrutura Organizacional

A análise dos arranjos organizacionais do DEM aponta para encaixe na tipologia de *estratégias de ação afirmativa* ou de *igualdade de oportunidades*. O enquadramento está sustentado no preenchimento de poucos requisitos pelo partido – desempenho semelhante ao Partido Progressista – concernente à adoção de estratégias afirmativas de gênero, em detrimento da invisibilidade completa das referências raciais, sem qualquer menção que intencionem a aplicação de estratégias afirmativas que contemplem a clivagem.

Dos poucos requisitos que o partido cumpre na tipologia afirmativa é a existência de espaços formais de organização das mulheres, o “Mulher Democratas”. A célula organizativa apresenta sítio virtual com notícias e síntese de algumas atividades de interesse de espaço de mulheres, além da eleição de um órgão diretivo autônomo composto unicamente por mulheres. Não foi identificado nenhum espaço de formação política de mulheres. As referências raciais foram invisibilizadas. Não se versa, em qualquer espaço do partido, sobre a demanda por representação e espaço para negros.

O órgão diretivo, a Executiva Nacional, é extensa, composta por um conjunto grande de cargos. Diluídas nesse emaranhado institucional, três mulheres ocupam cadeiras na direção executiva nacional do partido, sendo que uma delas, a deputada federal Prof. Dorinha, pela Executiva do “Mulher Democratas”. O espaço de direção, seguindo o roteiro dos partidos até agora analisados, é hegemonizado por figuras históricas da agremiação – traços de um partido sem capacidade de renovação política – homens brancos e associados a famílias tradicionais. Não há negros na Executiva Nacional.

Traçando um panorama da estrutura do DEM, identificamos mais uma vez iniciativas pontuais e diluídas, que parecem não contribuir como recurso partidário na construção de carreira e formação política de mulheres e negros. Seguem o perfil funcional de arrematar o eleitorado feminino com candidaturas lançadas através de capital lateral e individualizado prévio à organização partidária.

4.4 - À esquerda, PT e PSB

4.4.1 - Partido dos Trabalhadores (PT)

Histórico e atuação

O Partido dos Trabalhadores (PT) surgiu no seio da intersecção das lutas políticas no processo de transição democrática gradual instalada no Brasil. As articulações para o novo partido congregaram uma constelação de sujeitos da militância social, como o novo movimento sindicalista brasileiro – com organização autônoma, desvinculado da tutela estatal – setores progressistas do movimento estudantil, comunidades eclesiais de base, movimentos populares e intelectuais de esquerda, antigos militantes guerrilheiros da década de 60 e grupos marxistas, sobretudo trotskistas, sustentados por ampla base social espalhada pela classe média brasileira (LÖWY, 2012 [1999]).

O locus principal de nascimento do PT, constituindo sua mais larga base de composição é o sindicalismo. No contexto do projeto de modernização capitalista e grande industrialização comandado pelo regime ditatorial civil-militar, em conluio com Departamento de Estados e prescrições econômicas de organizações financeiras multilaterais, emergiu uma nova classe de trabalhadores. Da organização destes, o novo sindicalismo brasileiro protagonizou uma série de grandes greves no binômio 1978-1979, concentradas na região do ABC paulista. Liderados pelo futuro presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a organização do foco do novo sindicalismo brasileiro se politizara diante da repressão, lançando as bases para o que mais tarde seria o PT (LÖWY, 2012 [1999], p.57).

As discussões em torno da composição e orientação ideológica do partido geraram contendas que por muito perduraram. Uma parcela da base fundadora pretendia a criação de um partido de trabalhadores inspirados em referências sociais democratas europeias, reivindicando maior participação econômica sem pretensões de ruptura com a ordem das relações de produção. Por outro lado, e nesse se inclui Lula, a defesa de um ainda vago projeto de orientação operária e socialista (MENDOZA e OLIVEIRA, 2003, p. 173).

Nascido um partido amplo, recortado por um arco de movimentos e tendências, o PT assim prosseguiu e prossegue sua história, sem deixar de esbarrar em várias rupturas e incorporações. Dessa forma, a disputa do projeto histórico do partido rendeu e rende inúmeros embates que opõem os mais variados arranjos de tendências e movimentos internos e suas

bases sociais. Intepretações vão desde a abdicação de um projeto histórico democrático e popular o qual se incumbiu desde momentos fundacionais, até a análise da persistência de uma linha moderada desde o ocaso há muito tempo, e que veio à tona com os sucessivos triunfos eleitorais. Aproximamo-nos de Mendoza e Oliveira (2003) quando assinalaram que

Esta discussão [conteúdo e forma] não se esgota no momento fundacional, uma vez que como se observará em outro momento, o partido vai manter por muito tempo este tipo de discussão que repercutirá, inclusive, em sua relação institucional. Com o tempo se definirá melhor, devido a, principalmente, a queda de regimes que davam sustentação a concepções ideológicas de grupos dentro do partido e o firme propósito da tendência majoritária chamara “Articulação”, que tem na figura de Lula sua maior expressão, de fazer o partido menos sectário e ao mesmo tempo mais moderado. Essa abertura foi fruto, principalmente das grandes dificuldades que o partido encontrou em momentos eleitorais (MENDOZA e OLIVEIRA, 2003, p. 173).

No início da sua trajetória política o PT encontrou dificuldades, ameaçando se dissolver em momentos como o fracasso das eleições de 1982. No entanto, os processos políticos vindouros registraram a ascensão e expansão dos petistas, tanto eleitoral como de organização, adeptos e militantes. Suas fileiras engrossavam e incorporavam militância que desfilavam os mais variados matizes da esquerda, distribuídas pela grande quantidade de tendências internas. No entanto, o PT sofreu inúmeros processos de ruptura, com tendências e blocos deixando o partido – em grande medida devido a expulsões – para formar novas organizações. Os casos mais proeminentes foram a expulsão da corrente Causa Operária em 1991, que deu origem ao Partido da Causa Operária, de extrema esquerda; o grupo Convergência Socialista foi expulso em 1993 para dar origem ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados, de extrema esquerda; e o maior de todos, a expulsão e conseqüente migração de várias tendências internas para a formação do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), em 2004.

Desde o começo da década de 90 a já citada “Articulação – Unidade na Luta” compõe uma forte tendência dentro do PT que coordenava a construção de maioria para dirigir os rumos do partido. Campo mais moderado, de centro-esquerda, empunhava o projeto do acúmulo de forças sociais e de um social-liberalismo à brasileira, a ser aplicada a partir da via eleitoral. Aos poucos seguiu a rota de ascensão, minando as tendências mais radicais,

arregimentando base e incorporando setores até se tornar o campo majoritário e que congrega os quadros de maior estatura política do partido.

Com a instituição do Processo de Eleição Direta (PED) para a composição da direção partidária, encabeçada pela Articulação em 2001, esta se consagrara como grande força hegemônica no partido. O processo antes marcado pela eleição via apreciação das tendências e com os debates nelas centrados, agora se dispersava pelo voto direto de cada militante, o que fortalecia os setores majoritários. Com a esquerda petista desidratada, como as tendências “Democracia Socialista”, “Articulação de Esquerda”, “Força Socialista” e “O Trabalho”, e a incorporação de outros grupos, a “Articulação” formara o “Campo Majoritário” que iria comandar as eleições de Lula à Presidência em 2002. Já em 2007, como governo e após as crises derivadas dos escândalos de corrupção envolvendo o PT, o Campo Majoritário reorganizou-se após perder a maioria partidária, rebatizou-se de “Construindo um Novo Brasil (CNB)” e retomou a maioria do Diretório Nacional dois anos depois, em 2009. O cenário de domínio da CNB persiste até os dias atuais, passados 12 anos de governo do Partido dos Trabalhadores na Presidência da República e sua recente recondução para mais quatro anos.

A trajetória eleitoral do PT seguiu o roteiro de sucessivos incrementos nas eleições proporcionais e majoritárias nos planos municipais e estaduais. No entanto, somente nas eleições gerais de 2002 o PT alcançou a Presidência com Lula, após três tentativas mal sucedidas. A então robusta oposição petista, que fez frente especialmente aos governos do PSDB de Fernando Henrique Cardoso, agora era a situação no plano nacional. Os governos do PT, com Lula e Rousseff, durante os três mandatos que se seguiram, conduziram o projeto social-liberal de reformas graduais com a redução da pobreza, através da transferência direta de renda, e da ativação do mercado interno, combinado com o crescimento econômico aprofundado pelo alto preço das *commodities* negociadas no mercado internacional (SINGER, 2010). Este projeto, no entanto, mostrara sinais de esgotamento e debilidade, freando os ganhos eleitorais e dificultando a governabilidade petista.

A conversão do PT em um partido da ordem, que incorporara todo instrumental das organizações tradicionais, burocratizando e profissionalizando a direção, domando a esquerda partidária e governando de acordo com as prescrições do manual centrista da governabilidade e ganhos eleitorais, também o desconectou das grandes mobilizações populares, traço genético de sua formação. A política de relacionamento com os movimentos sociais é de pouco diálogo e cooptação. Itinerário semelhante se dá em relação às bases de militância, com grandes frações desacreditadas do potencial de transformação do projeto do Partido dos

Trabalhadores. Territórios da militância, no entanto, que reivindicam o projeto histórico do partido, ainda buscam uma atuação combativa, crítica e próximas aos movimentos sociais.

Estrutura Organizacional

O Partido dos Trabalhadores (PT) possui uma sofisticada rede organizacional que contempla a visibilidade e propostas de inclusão das mulheres de negros através de *estratégias de discriminação positiva*. Além de preencher pressupostos de estratégias de ação afirmativa, o PT avança nas iniciativas de intervenção direta para diluir as diferenças na participação política e construção de carreiras especialmente entre mulheres e homens. Mesmo que em bases menores, em conjunto também se observam medidas interventivas diretas no sentido de mitigação das assimetrias raciais. O PT mostra estar, mesmo que com todas as reconfigurações históricas pelas quais passou, à frente das demais organizações analisadas nas propostas de democratização e ampliação política da vida partidária em termos de inclusão. Além disso, contribui para corroborar, em alguma medida, a tese desse trabalho: a esquerda apresenta estruturas organizacionais mais refinadas e preparadas para desenvolver estratégias de inclusão política de mulheres e negros.

No 4º Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores, em 2011, foi aprovada a expansão da cota de gênero para 50% - antes a cota seguia 30% - sacramentando a paridade na composição das direções, comissões, delegações e cargos de secretaria nos diversos planos de atuação da organização petista, assim como foi criada a cota de mínima de 20% de negros na composição dos mesmos espaços acima descritos. A resolução aprovada no Congresso deveria ser cumprida no próximo Processo Eleição Direta (PED) para às direções partidárias. O conjunto inédito de medidas constitui marco analítico para a avaliação de estratégias de discriminação positiva.

Apesar disso, observamos que dos 21 cargos que compõe a Direção Executiva Nacional, nove são ocupados por mulheres, não correspondendo, dessa forma, ao mínimo exigido pela cota interna com aplicação prevista para as próximas eleições internas, ou seja, 2013. Da mesma forma, o órgão executivo nacional detém apenas um negro, o deputado federal Vicente Paulo da Silva, o “Vicentinho”, líder do PT na Câmara dos Deputados, não cumprindo também, o mínimo previsto pelas cotas internas aprovadas em 2011.

A despeito da composição diretora nacional, o PT contempla em sua estrutura os espaços formais de organização de mulheres e negros com “Secretaria Nacional de Mulheres” e a “Secretaria Nacional de Combate ao Racismo”. Ambas têm espaços virtuais próprios, com

a veiculação de notícias e atividades de interesse e espaços de mídias sociais e interação vinculados. Possui também cúpulas de direção autônomas, que cumprem papel de formulação e orientação política independente. Identifica-se em outros setores da militância, notadamente juventude, espaços destinados à formulação autônoma de mulheres e negros, inclusive, espaços de mulheres negras, condensando as duas clivagens que observamos no trabalho. Os espaços de formação políticas também estão presentes para mulheres e negros. Ambas as secretarias dispõem de debates, seminários e convenções que congregam a militância e a preparam para o debate público e a construção da vida política.

A investigação da organização partidária permite enquadrá-la, desse modo, no perfil característico das carreiras de partidos de esquerda, mais porosos, portanto, à inclusão política de minorias como apontam Santos e Serna (2007). Mesmo que incorporando carreiras dependentes de recursos próprios e capital político anterior à vida partidária, o perfil petista é de carreiras baseadas em recursos organizacionais coletivos do partido, com quadros endógenos saídos da militância e capital político angariado em movimentos sociais dos mais diversos tipos. Com estrutura organizacional descrita e destacada um padrão de carreira, o PT constitui-se como um partido com maiores possibilidades na estrutura de oportunidades em carreiras políticas para mulheres e negros, apresentando larga rede de apoio institucional para inclusão de novos sujeitos políticos.

4.4.2 - Partido Socialista Brasileiro (PSB)

Histórico e atuação

A história do Partido Socialista Brasileiro (PSB) esteve entrecortada pela ditadura civil-militar brasileira. Fundado em 1947, após o Estado Novo varguista (1937 – 1945), teve seus direitos cassados e fora extinto em 1965, em decorrência do Ato Institucional nº 2. Sua refundação em 1985 significara o reagrupamento de forças socialistas históricas, remanescentes do antigo grupo Esquerda Democrática, que constituíam o primeiro PSB, e de novos setores sociais, especialmente do movimento estudantil e de professores, engajados nas lutas sociais contra a ditadura.

O grupo Esquerda Democrática que compunha os quadros do primeiro PSB fora forjado no seio da União Democrática Nacional (UDN), agremiação política que congregava

um elenco de atores – de matrizes ideológicas diversas – de oposição ao governo do Estado Novo de Getúlio Vargas. A Esquerda Democrática atuava como um setor autônomo e socialista, abrigando-se sob a sigla da UDN – futura organização de oposição liberal – para concorrer a eleições. Em 1947, no entanto, a ED funda a sigla partidária do Partido Socialista Brasileiro (PSB), que atuara como alternativa de esquerda aos tradicionais setores históricos encabeçados pelo movimento comunista através do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Durante seu primeiro período o PSB constituiu-se como um partido de estatura local - sem nacionalização atuava principalmente em São Paulo – com força eleitoral restrita, estrutura orgânica composta, principalmente, por estudantes e intelectuais e com relativa força no movimento estudantil, formando a direção da União Nacional dos Estudantes (UNE) duas vezes na década de 1940 e no movimento sindical. Lançara candidatura própria nas eleições presidenciais de 1950, tendo votação inexpressiva, sintomática da linha política isolada.

Sua sorte começara mudar quando rompeu com a postura insular e se aliou em momentos estratégicos com o PCB, mesmo quanto este esteve submerso na clandestinidade, emprestando a sigla socialista aos comunistas e outros setores da esquerda. No entanto, a trajetória pesebista foi interrompida em seu período de maior radicalização política. Sendo atravessado pela ditadura, em 1965 o partido teve seus direitos eleitorais cassados e seus quadros foram lançados na clandestinidade. O PSB não logrou o funcionamento clandestino da sua estrutura no contexto da ditadura militar, sendo esfacelado e dispersado, com suas forças dividindo-se na atuação em outros movimentos e organizações.

O PSB renascido em 1985 nascera do reagrupamento já descrito, mas com muito dos seus antigos quadros dispersos nas fileiras de outros partidos. Com esses partidos, os já consolidados PT e o brizolista PDT, o PSB disputava o eleitorado de esquerda e produzia intercâmbios políticos, acumulando lentos ganhos eleitorais. Nas primeiras eleições diretas para Presidência da República, em 1989, o PSB teve participação decisiva compondo, em aliança com o PT e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), a Frente Brasil Popular, encabeçada pelo PT de Lula e tendo como vice o socialista José Paulo Bisol. A frente chegou ao segundo turno, mas perdeu as eleições.

O período pós-1989 é marcado pela incorporação da militância do Governador de Pernambuco Miguel Arraes à organização socialista. Sob a liderança com desenvoltura e habilidade política do governador, o PSB experimentou grande expansão eleitoral e do processo de nacionalização do partido, fazendo crescer em estatura política. A rota de ascensão dos socialistas cumpriu o percurso de oposição a Collor de Melo, sendo base de

Itamar Franco que assumira no lugar do primeiro e, posteriormente, no apoio às candidaturas de Lula nas eleições de 1994, 1998, e das vitoriosas campanhas de 2002 e 2006¹⁹. Nos governos Lula, compôs com fidelidade a base do governo e após conflitos e esforços de costura política, apoiou a candidatura petista de continuidade de Dilma Rousseff em 2010.

No meio do governo Dilma (2010 – atualidade) o PSB alterou os direcionamentos de linha política, afastando-se das suas bases políticas tradicionais como estratégia de expansão eleitoral e aposta na conquista presidencial do pleito seguinte. No entanto, em 2014, após a trágica morte do então candidato a Presidência durante as eleições e neto de Miguel Arraes, o ex-governador de Pernambuco Eduardo Campos, a vice da chapa Marina Silva – aderindo ao partido pela conveniência da impossibilidade de concorrer por uma organização própria – terminou as eleições de 2014 em terceiro lugar.

A trajetória percorrida pelo ajuntamento socialista marca uma virada histórica de projeto. O novo projeto pesebista mostra traços de recuo programático, com moderação que o desloca para o centro, predileção à expansão eleitoral através da formação de alianças estratégicas pragmáticas e descoordenadas nacional e localmente, com forças antes antípodas ao partido. A nova estratégia gerou ganhos políticos-eleitorais e alçou o partido ao plano das grandes organizações, produzindo, no entanto, grandes desgastes com antigas bases e setores da militância, além da abdicação de bandeiras partidárias históricas.

Estrutura Organizacional

A investigação das estruturas organizacionais do PSB nos permite afirmar que o partido se inscreve na iniciativa de adoção de *estratégias de discriminação positiva*. Como tal, intervém diretamente para reduzir as assimetrias sociais que os filtros seletivos partidários reproduzem, ao menos na referência da clivagem de gênero. Além do cumprimento obrigatório da cota de 30% das candidaturas da lista partidária para mulheres, o PSB instituiu o mesmo percentual na composição do seu órgão diretivo nacional, a Executiva Nacional. No entanto, ainda não há qualquer proposta ou intervenção de discriminação positiva que contemple a inclusão racial.

Os socialistas também preenchem os requisitos de estratégias de ação afirmativa. Apresentam estruturas formais de organização, a “Secretaria Nacional de Mulheres”, com estrutura orgânica coordenada através de um órgão executivo autônomo (“Executiva Nacional de Mulheres”) e um regimento interno de funcionamento. É possível identificar, assim como

¹⁹ Na eleição de 2004, o PSB apresentou apoio informal, não fazendo parte da coligação que reelegeu Lula

no PT, segmentos específicos na militância de juventude, inclusive de mulheres negras, interseccionando as duas unidades analíticas estudadas. Observam-se também documentos públicos, registros históricos que guardam a memória da secretaria, resoluções, e um conjunto de publicações próprias, compostas por uma biblioteca de produção e documentação, artigos e produções artísticas. Por fim, encontramos no espaço virtual da secretaria, uma estrutura de comunicação desenvolvida, com setor de ouvidoria, dispositivos interativos e material audiovisual. A “Secretaria Nacional de Mulheres” ainda cultiva espaços de formação política de vários níveis de atuação, como convenções e seminários nacionais.

No que consiste a referência racial, os psebistas constroem uma setorial autônoma semelhante à secretaria de mulheres, a “Negritude Socialista Brasileira”. Assim como seu homólogo de gênero, apresenta estrutura formal consistente, com todo aparato político, organizacional e comunicacional dispostos em seu espaço virtual da internet. Há setores de informação da atuação de interesse e dispositivos que propiciam interação e o envio de *newsletter* – chamadas para notícias e materiais novos – além de uma rede integrada dos espaços de mídias sociais. Mesmo que identificadas em número reduzido e regularidade impossível de discriminar, a “Negritude Socialista Brasileira” formula espaços autônomos de formação política, da mesma forma que homólogo de gênero, como convenções e eventos análogos nacional e localmente.

A Executiva Nacional do PSB, órgão de direção do partido é composto por célula presidencial, e seus cargos de vice-presidência executiva, e secretariado, distribuídos em várias cadeiras. Como já sublinhado, a Executiva Nacional destina 30% dos seus cargos para a ocupação de mulheres, caracterizado como intervenção estratégica de discriminação positiva. No entanto, não há o cumprimento integral da meta institucional partidária estabelecida. Apesar da ausência de dispositivo similar racial, há negros ocupando cargos de direção no órgão executivo do PSB.

Desse modo, é possível traçar um perfil através do exame do conteúdo dos arranjos organizacionais do PSB. O partido cultiva estruturas sólidas e bem estruturadas de ação afirmativa, com espaços contínuos e nacionalizados de organização e formação política. A existência de um regramento que orienta a composição da Executiva Nacional, assegurando cotas de gênero, e a presença de negros na mesma, atenta um grau de compromisso considerável com as demandas por inclusão e a possibilidade de amparar efetivamente a participação política de mulheres e negros.

Assim, apesar de permitir espaços para carreiras laterais, independentes das estruturas partidárias e baseados em recursos próprios e capital político individualizado, o partido mescla com carreiras endógenas, longevas – oriundas da militância em setores diversos – e que requerem os recursos organizativos do partido. Essa mescla salienta o processo de transição do PSB de um partido mais à esquerda, conectado com os movimentos sociais e com as demandas populares, para um partido de quadros, voltado para o desempenho eleitoral e o acúmulo de capital político. Podemos destacar, portanto, o PSB como um partido com boa estrutura de oportunidades formais para a construção de carreiras políticas de mulheres e negros.

4.5 – Quadro resumo – Estratégias partidárias em nível organizativo

		Estratégias em nível organizativo						Tipo de Estratégias
	Partidos Políticos	Espaços formais de organização		Espaços de formação política		Cargos de direção nacional executiva		
		G ¹	R	G	R	G	R	
Centro	Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	<i>Estratégias de ação afirmativa</i>
	Partido Social Democrático (PSD)	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Estratégias retóricas
Direita	Democratas (DEM)	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	<i>Estratégias de ação afirmativa</i>
	Partido Progressista (PP)	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	<i>Estratégias de ação afirmativa</i>
Esquerda	Partido dos Trabalhadores (PT)	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	<i>Estratégias de discriminação positiva</i>
	Partido Socialista Brasileiro (PSB)	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	<i>Estratégias de discriminação positiva</i>

¹ As letras do alfabeto G e R foram utilizadas para designar a sigla que se referem as iniciais de gênero e raça, respetivamente.

Considerações finais

Movido pelo objetivo de contribuir com um horizonte de análises e propostas que possam reverter o quadro de distorção da organização política das nossas sociedades, o trabalho realizou uma apurada revisão teórica sobre a literatura de representação, partidos e carreira e recrutamento político. O esforço forneceu o instrumental básico na construção das teses desenvolvidas, centradas basicamente na organização e processos internos aos partidos políticos, os quais contêm, no nosso enfoque, os gérmenes da transferência das desigualdades sociais ao sistema político. Munidos dos instrumentos e do objetivo, estivemos comprometidos em realizar um panorama realista do quadro partidário brasileiro a partir do ângulo analítico proposto.

A rota percorrida se iniciou com o exame crítico da literatura que versa sobre a representação política e suas desigualdades fundacionais estruturantes. Como chave de leitura eleita, foi fundamental o arcabouço da política de presença (PHILLIPS, 2001 [1995]), que defende que uma boa representação política se preocupa em refletir a composição social mais ampla, requerendo a presença de grupos sociais politicamente minoritários nos esforços de deliberação formal. Como amparo crítico, encaixamos a perspectiva da política da diferença (Young, 2006), que pondera e refina a anterior.

Incurtionando pelo estudo sobre os partidos políticos, apropriamo-nos do repertório anterior da representação descritiva para aplicação crítica na realidade partidária. O partido político como *locus* primordial de transferência e reprodução das desigualdades sociais necessita de um novo enfoque que o reconfigure e vislumbre intervenções na ampliação e diversificação dos seus quadros. A proposta parte das teses de que o partido é a célula organizativa do sistema de representação política – desdobramento das constatações anteriores – unidade de recrutamento e formação dos sujeitos políticos institucionais e instrumento de interlocução, disputa e seleção de elites.

O substrato teórico que amparou nossa seção final de análise tratou da descrição do panorama crítico sobre as carreiras políticas. Como ela se estruturam à luz das desigualdades estruturais de gênero, raça; como opera o recrutamento partidário e ambição política quando associadas a minorias políticas; como o perfil ideológico do partido incide na construção das carreiras e modifica o padrão de oportunidades de mulheres e negros na possibilidade do exercício da vida pública.

A peça final da rota procurou, por fim, associar a estrutura de oportunidades de mulheres e negros na construção de carreiras políticas, com a localização no eixo ideológico esquerda-centro-direita, no contexto do sistema partidário brasileiro. Como parâmetro analítico, nos aproximamos da tipologia desenvolvida por Araújo (2005), que enreda a proposta teórica de Lovenduski (1997) com o formato aprofundado e incremental de Norris (1997). A construção resulta em um método avaliativo das medidas adotadas pelos partidos na inclusão de identidades minoritárias no jogo político, a partir do plano de desenvolvimento do nível organizativo das siglas: *estratégias de retórica*, *estratégias de ação afirmativa* ou de *igualdade de oportunidade* e *estratégias de discriminação positiva*.

A proposta orientou-se no sentido de corroborar um padrão de estratégias a nível organizativo de acordo com o perfil ideológico e de atuação dos partidos brasileiros de maior representação na Câmara dos Deputados do Brasil. No centro, a grande organização do Partido da Mobilização Democrática Brasileira (PMDB) e o novo-velho Partido Social Democrático (PSD) tenderiam a adotar o estágio de *estratégias de ação afirmativa*; à direita, o Partido Progressista (PP) e tradicional e oligárquico Democratas (DEM) na incorporação de *estratégias retóricas*; à esquerda a organização que lidera o governo Partido dos Trabalhadores (PT) e a agremiação de centro-esquerda Partido Socialista Brasileiro (PSB) tendendo para o modelo de *estratégias de discriminação positiva*.

O modelo taxinômico apresentou algumas perturbações e dissonâncias quando observadas as estratégias organizativas que elegemos na avaliação das iniciativas partidárias. Sublinhamos o caso dos partidos de direita que, apesar de iniciativas retalhadas e inscritas em objetivos eleitorais e devido às suas estruturas longevas, observaram a construção de estratégias de ação afirmativa. Outro caso, o centrista PSD, situa-se como portador de estratégias retóricas, sem assumir, até então, compromissos mais sólidos com ações afirmativas direcionadas à inclusão política de mulheres e negros. A ressalva ao caso do PSD é sua biografia política recente enquanto agrupamento próprio de apenas dois anos.

A aplicação não-linear do modelo requereu o reconhecimento das fronteiras e limitações no mesmo na análise da realidade do Brasil. O percurso foi atravessado por pequenas contradições – como o não cumprimento das cotas internas de direção do Partido dos Trabalhadores (PT) – e inconstâncias. No ponto de vista desse trabalho, no entanto, mesmo com as dissonâncias e contradições apontadas, a corroboração das nossas hipóteses não foram comprometidas. Levadas em conta a análise anterior do contexto da dinâmica centrípeta do sistema partidário brasileiro, a similaridade estrutural entre o centro e a direita se

sustenta. Sustenta-se também pelo roteiro de comportamento político compartilhado por quase todas as organizações, centrada nos ganhos eleitorais e na arregimentação de base política e financeira.

Apontamos, por fim, a urgência de fixação na agenda acadêmica e na agenda de debates públicos da questão da marginalidade política da população negra. Evidenciou-se ao longo do trabalho, a grande assimetria produtiva entre as referências de estudo de gênero e raça, mesmo que, observando os ganhos e avanços da representação feminina, também não tenhamos encontrado resultados positivos substanciais. Da mesma forma, apontamos para uma agenda de estudos que expanda o desenho desse trabalho, aproprie-se de recursos mais amplos e instrumentos mais precisos de análise e explore outros terrenos como as clivagens étnicas, religiosas, de sexualidade e outras. O minucioso estudo e elaboração de diagnósticos da sub-representação de um arco amplo de grupos sociais subalternizados e marginalizados politicamente desvelaria um horizonte de possibilidades na imaginação de ferramentas que aprimorem nossos modelos de organização política.

Referências bibliográficas

ABRANCHES, Sérgio Henrique. Presidencialismo de Coalizão: O Dilema Institucional Brasileiro. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 31, n.1, p. 5-34, 1998.

ALCÁNTARA, Manuel; FREIDENBERG, Flavia (Coord.) (2001). *Partidos políticos de América Latina*. Cono Sur. México: Fondo de Cultura Económica, Instituto Federal Electoral, 2003, 632 p.

ARAÚJO, Clara e ALVES, José Eustáquio Diniz. Impactos de indicadores sociais e do sistema eleitoral sobre as chances das mulheres nas eleições e suas interações com as cotas. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol.50, n. 3, p. 535-577, 2007.

ARAÚJO, Clara. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. *Revista Sociologia Política*, Curitiba, nº24, p. 193-215, 2005.

BOURDIEU, Pierre. (1989). *O Poder Simbólico*. 11.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, 311 p.

BURKE, Edmund. *Textos Políticos*. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1942, 372 p.

CAMPOS, L. Augusto; MACHADO, Carlos. A cor dos eleitos: determinantes da sub-representação política dos não-brancos no Brasil. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 38, 2014, Caxambu-MG. Anais... CAXAMBU: ANPOCS, 2014. GT 32. Disponível em <http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=9136&Itemid=456> Acesso em <01/12/2014>.

DAHL, Robert A. (1971). *Poliarquia*. São Paulo: Edusp, 1997, 234p.

DEMOCRATAS. Biblioteca. Disponível em <<http://www.dem.org.br/biblioteca-2/>> Acesso em <01/12/2014>.

DUVERGER, M. (1951). *Os partidos políticos*. 2.ed. Brasília: Ed. UnB, 1980, 465p.

GAXIE, Daniel. (1980). As lógicas do recrutamento político. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília n. 8, 2012.

JOHNSON III, Ollie A. Racial Representation and Brazilian Politics: Black Members of the National Congress, 1983–1999. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, vol. 40, n. 4, p. 97-118, 1998.

LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina. Bases institucionais do Presidencialismo de Coalizão. *Lua Nova*, São Paulo, nº 44, p. 81-106, 1998.

LOVENDUSKI, Joni. Representación política: dinámica de género y partidos. In: IRIARE, Edurne; ELIZONDO ARANTXA (Coord.). *Mujeres en política*, Barcelona: Editorial Ariel, 1997, p. 114-132.

LÖWI, Michael (Org.) (1999). *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. 3.ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012, 606 p.

MADSON, J.; HAMILTON, A.; JAY, J. (1787-1788). *Os Artigos Federalistas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

MANIN, Bernard. *Principles of Representative Government*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997, 256 p.

_____ *O princípio da distinção*. (1997). *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, nº 4, p. 187-226, 2010.

MAQUIAVEL, Nicolau. (1532). *O Príncipe*. São Paulo: Penguin Classics, Companhia das Letras, 2010, 176 p..

MARQUES, Danusa. Determinantes de Carreiras Políticas Brasil, na Argentina e no Uruguai: uma abordagem comparativa entre deputadas e deputados. In: Congresso Latino-Americano de Ciência Política, 7, 2013, Bogotá. *Anais...* Bogotá: ALACIP, 2013, Painele 200.

MICHELS, Robert. (1911). *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília: Ed. UnB, 1982, 243 p.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Mulheres, carreira e campo político. In: *Caleidoscópico convexo: mulheres, política e mídia*. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

MILL, John Stuart. (1861). *O governo representativo*. 3.ed. São Paulo: Ibrasa, 1995, 236 p.

_____ *Sobre a Liberdade*. (1991). Petrópolis: Editora Vozes, 1991, 158 p.

NOBRE, Marcos. *O fim da polarização: Nada de PT ou PSDB, a verdadeira força hegemônica da política brasileira é o pemedebismo*. *Revista Piauí*, São Paulo. Ed.51, p. 70-74, dez./ 2010.

NORRIS, Pippa. *Procesos de reclutamiento legislativo: una perspectiva comparada*. . In: IRIARE, Edurne; ELIZONDO ARANTXA (Coord.). *Mujeres en política*, Barcelona: Editorial Ariel, 1997, p. 149-181.

_____ "Do rules matter? Structure versus culture" and "Women's representation". In: *Electoral Engineering*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, p. 3-38, 179-208.

PANEBIANCO, Angelo. (1982). *Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2005, 562 p.

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO. Programa Partidário. Disponível em <<http://pmdb.org.br/institucional/programa-partidario/>> Acesso em <01/12/2014>.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Biblioteca. Disponível em <<http://www.pt.org.br/biblioteca/>> Acesso em <01/12/2014>.

PARTIDO PROGRESSISTA. Documentos. Disponível em <<http://www.pp.org.br/textos/453/27432/NossaHistoria/?sIT=119032>> Acesso em <01/12/2014>.

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO. Documentos. Disponível em <<http://www.psd.org.br/principios-e-valores/>> Acesso em <01/12/2014>.

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO. Documentos. Disponível em <<http://www.psb40.org.br/documentos.asp>> Acesso em <01/12/2014>.

PATEMAN, Carole. (1970). *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 161.

PHILLIPS, Anne. (1995). De uma política de idéias a uma política de presença? *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis vol. 9, nº 1., p. 268-290, 2001

PINHEIRO, Luana. *Vozes femininas na política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte.* Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007, 224 p.

PITKIN, Hanna F. *The concept of representation.* Berkeley: University of California Press, 1967, 330 p.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Mudanças na classe política brasileira.* São Paulo: Publifolha, 2006, 181 p.

ROHDE, David W. (1979). “Propensão ao risco e ambição progressiva: o caso dos deputados federais nos Estados Unidos”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 8, p. 209-236, 2012.

SANTOS, André Marengo dos; SERNA, Miguel. Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 22, n. 64, p. 93-113, 2007.

SARTORI, Giovanni. (1976). *Partidos e sistemas partidários: pensamento político.* Brasília: Ed. UnB, 1982, 419 p.

SCHUMPETER, Joseph. (1942). *Capitalismo, socialismo e democracia.* Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961, 500 p..

SINGER, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador.* São Paulo: Companhia das Letras, 2012, 280 p.

TSE. Partidos políticos registrados no TSE. Disponível em <www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registrados-no-tse>. Acesso em <01/12/2014>.

TSE. Relatório Eleições 2010. Disponível em <www.tse.jus.br>. Acesso em <01/12/2014>.

YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. *Lua Nova*, Rio de Janeiro, nº 67. São Paulo, p. 139-190, 2006.